

Leontina Ventura
António Resende de Oliveira

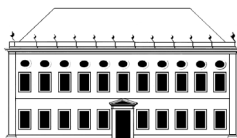


hancelaria
de D. Afonso III

Livros I e II



• COIMBRA 2006



D O C U M E N T O S



COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

URL: <http://www.imp.uc.pt>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

PRÉ-IMPRESSÃO

SerSilito • Maia

EXECUÇÃO GRÁFICA

SerSilito • Maia

ISBN

972-8704-87-9

DEPÓSITO LEGAL

251608/06

© Novembro 2006, Imprensa da Universidade de Coimbra

Obra publicada com o patrocínio de:



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN



Obra publicada com o apoio de:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

Leontina Ventura
António Resende de Oliveira



hancelaria
de D. Afonso III

Livro I • Vol. 1



• COIMBRA 2006

INTRODUÇÃO

Pelos inícios de 1961 Lindley Cintra, no âmbito de um colóquio sobre o contributo dos textos não literários para o conhecimento da língua da Idade Média, e com o intuito de situar os principais grupos de textos com interesse linguístico, assinalava as cartas régias como um desses grupos, mas apenas podia registar, em termos de publicação, a edição conjunta das chancelarias do Conde D. Henrique, de D. Teresa e de D. Afonso Henriques¹. Publicadas pouco antes por Rui de Azevedo sob a égide da Academia Portuguesa de História², constituíam então as únicas chancelarias régias a conhecerem a letra de imprensa depois do trabalho pioneiro de Abiah Elisabeth Reuter sobre os documentos de D. Afonso Henriques³.

Volvidos mais de quarenta anos, não poderemos dizer que essa edição tenha constituído o arranque de um novo interesse pela publicação das chancelarias régias. Apesar de Lindley Cintra ter igualmente registado o empenho da Academia de História na publicação da chancelaria de D. Sancho I, esta somente se vem a efectivar cerca de vinte anos depois pelo mesmo Rui de Azevedo e por Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, e já no quadro das publicações do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra⁴. Dos dois volumes prometidos foi então publicado o primeiro, contendo a chancelaria propriamente dita, prevendo-se para um segundo uma introdução diplomática, as referências a documentos perdidos, as notas críticas e os índices. Apesar do interesse manifestado por Avelino de Jesus da Costa na conclusão do trabalho e na prossecução do mesmo pelas chancelarias dos reis subsequentes, dificuldades de vária ordem acabaram por inviabilizar a continuidade do projecto.

¹ M. L. F. Lindley Cintra, "Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie", *Revue de Linguistique Romane*, XXVII (1963), pp. 40-58.

² Rui Pinto de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos régios, vol. I. Documentos dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques. A. D. 1095-1185*, t. I e II, Lisboa, 1958 e 1962.

³ Abiah Elisabeth Reuter, *Chancelarias Medievais Portuguesas, I. Documentos da chancelaria de Afonso Henriques*, Coimbra, 1938.

⁴ Rui de Azevedo, P. Avelino de Jesus da Costa, Marcelino Rodrigues Pereira, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, Universidade de Coimbra, 1979.

Em 1984, isto é, cinco anos volvidos, assistir-se-ia à publicação de uma nova chancelaria, a de D. Pedro I, mas desta vez por um grupo de trabalho do Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa coordenado por A. H. de Oliveira Marques⁵. E seria uma equipa ligada a esse Centro e igualmente coordenada por Oliveira Marques que daria sequência, alguns anos depois, à publicação da documentação régia com a edição, em três volumes, da chancelaria de D. Afonso IV⁶.

Depois deste novo impulso, é ainda em Lisboa, mas no Centro de História da Universidade de Lisboa, e passada uma dezena de anos, que é retomada a publicação dos diplomas dos reis da dinastia de Borgonha com a recente edição do chamado *Livro das Lezírias d'El Rei Dom Dinis*, correspondente ao Livro 5º da chancelaria do mesmo rei⁷.

Se, no prefácio à edição da chancelaria de D. Pedro, A. H. de Oliveira Marques e José Mattoso consideravam a publicação da documentação régia “como uma das mais urgentes no panorama da nossa bibliografia”, teremos de convir que o trajecto traçado é revelador das dificuldades da prossecução da tarefa, que não terá beneficiado das melhores condições para ser levada a bom termo com a brevidade requerida. A sessenta e oito anos de distância da edição de Abiah Elisabeth Reuter dos documentos de D. Afonso Henriques, das chancelarias dos nove reis portugueses da primeira dinastia — aquelas cuja edição se afigura mais fácil pelo facto de não comportar o volume documental dos registos régios do século XV — apenas quatro se encontram editadas, a elas podendo apenas ser acrescentados os poucos diplomas do Conde D. Henrique e de D. Teresa, bem como o cartulário de D. Dinis integrado como Livro 5º da respectiva chancelaria. Bem pouco, se pensarmos que se trata, de facto, de um dos núcleos documentais mais importantes do Portugal medieval. Iniciada de modo mais sistemático por Alexandre Herculano ainda no século XIX, nos *Portugaliae Monumenta Historica* editados pela Academia das Ciências de Lisboa, a publicação da documentação régia e particular seria prosseguida a partir dos anos quarenta do século passado por Rui de Azevedo, integrada então no plano das “publicações comemorativas do duplo centenário da fundação e da restauração de Portugal” elaborado pela Academia Portuguesa de História. Pretendia-se dar sequência ao trabalho iniciado por Alexandre Herculano com a publicação da documentação particular a partir de

⁵ A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, Lisboa, 1984.

⁶ A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, 3 vols., Lisboa, 1990-1992. O mesmo Centro publicaria ainda, na mesma altura, a documentação das cortes realizadas entre 1325 e 1383. Cf. *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, Lisboa, 1982; *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, 1986; *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, 2 vols., Lisboa, 1990-1993.

⁷ Bernardo de Sá Nogueira, *O Livro das Lezírias d'El-Rei Dom Dinis*, Lisboa, 2003.

1110, ao mesmo tempo que se iniciaria de um modo sistemático a publicação das chancelarias régias. Os resultados deste projecto, no que toca à documentação régia, foram já assinalados, bem como a sua transferência, em moldes bem menos ambiciosos, para os centros de investigação que se afirmaram em algumas das principais instituições universitárias portuguesas a partir dos anos sessenta do século anterior. Mas essa transferência, feita sem enquadramento e recursos adequados à importância atribuída à disponibilização desses núcleos documentais e às necessidades da constituição de equipas para a sua efectivação, deixou a edição das chancelarias ao sabor dos recursos dos mesmos centros e do dinamismo e disponibilidades dos respectivos investigadores, num período em que as universidades conheceram profundas alterações pouco consentâneas com uma actividade continuada no âmbito da publicação de fontes.

As consequências deste facto foram atrás registadas. O trabalho realizado, ainda longe de responder à urgência da edição das chancelarias antes evocada, beneficiou tão só de um dinamismo que diríamos conjuntural de alguns centros de investigação, pouco propício, portanto, a uma rápida ultrapassagem desta grave lacuna da historiografia medieval portuguesa.

A edição da chancelaria de D. Afonso III iniciada neste volume integra-se ainda nesta fase algo soluçante de publicação da documentação régia. Prossegue, com demasiados anos de atraso, o projecto de Avelino de Jesus da Costa de edição das chancelarias portuguesas de duzentos e beneficiou novamente do apoio do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, e também da Imprensa da mesma universidade e da Fundação Calouste Gulbenkian. Os autores, para levarem a bom termo, e em tempo útil, uma edição que, em condições normais, não prescindiria do apoio de uma equipa de investigação mais alargada, conjugaram as respectivas licenças sabáticas de modo a poderem concluir o programa de preparação do texto para publicação ao fim de dois anos de dispensa conjunta. O Livro I da chancelaria, que sai agora a público, o mais relevante dos registos de D. Afonso III, quer pela importância da documentação que integra, quer pela sua dimensão, é o resultado do trabalho desenvolvido no primeiro ano de licença sabática. Em volume à parte, já em preparação, serão editados os livros II e III e os imprescindíveis índices do conjunto da documentação publicada.

É ainda intenção dos autores, uma vez concluído o trabalho de edição, o estudo da mesma chancelaria na perspectiva da sua integração no esforço de centralização político-administrativa iniciado por D. Afonso III após o período de anarquia social do segundo quartel do século XIII.

* * *

Reconhecendo embora os benefícios resultantes da adopção de critérios de maior rigor na publicação da documentação medieval, nomeadamente quanto ao respeito pela pontuação e abreviaturas do original, as condições em que esta edição foi realizada — aliadas ao carácter administrativo e político da fonte em apreço e, conseqüentemente, a uma sua utilização privilegiada por parte de alguns sectores da historiografia medieval portuguesa —, acabaram por condicionar as opções por nós tomadas. Assim, seguimos no essencial os critérios adoptados na obra *Documentos de D. Sancho I*, antes mencionada, introduzindo-lhes as alterações resultantes da análise interna dos três livros de registo da chancelaria de D. Afonso III, que devem ser vistos igualmente como documentos com a sua autonomia própria. Na ausência de uniformidade das regras empregadas pelos escribas, procurámos orientar-nos por critérios que, por um lado, respeitassem o documento e seguissem de perto as normas que esses escribas mais comumente utilizaram e, por outro lado, facilitassem o trabalho dos investigadores. Dentro deste último critério, fez-se preceder cada documento de um número de ordem colocado entre parêntesis rectos, da respectiva data e de um sumário, ambos em itálico, vindo depois a transcrição, de acordo com o que se segue:

- 1) Receberam numeração, para além dos próprios documentos, algumas pequenas notícias ou registos relativos quer à documentação integrada, quer à que foi enviada para diferentes indivíduos ou instituições. Exceptuam-se os documentos dos reis anteriores a D. Afonso III cuja integração na chancelaria se ficou a dever à confirmação do mesmo documento por parte deste rei, por norma integrados nessa confirmação.
- 2) A data, convertida para o sistema actual, foi colocada à esquerda e disposta por ano, mês e dia, seguindo-se o nome da localidade onde o documento foi lavrado. O sumário estabelece a tipologia do documento, o(s) seu(s) destinatário(s) e um breve resumo do seu conteúdo. Os antropónimos e topónimos (que se localizaram sempre que possível) vão escritos na sua forma actual. No desconhecimento desta, conservou-se a forma textual, assinalada em caracteres redondos.
- 3) Para além dos elementos anteriores, foi igualmente inserida no texto — nos locais próprios, em itálico e entre parêntesis rectos — a correspondência da edição com os fólhos do registo original da chancelaria.
- 4) Na transcrição adoptaram-se as seguintes normas:
 - a) A publicação de cada documento vai precedida da rubrica com que, em geral, o copista o fez anteceder para dar uma ideia do seu conteúdo e da localidade a que dizia respeito

- b) No que toca ao emprego de maiúsculas e minúsculas, utilizaram-se as primeiras em começo de período, nomes gentílicos, antropónimos, topónimos, nomes de santos e títulos de reis, rainhas e infantes, dado aparecerem, por norma, em maiúscula. Para os outros cargos e dignidades (laicos ou eclesiásticos), na falta de uniformidade do documento, optou-se pela utilização de minúsculas, igualmente mantidas quando se tratava da invocação da divindade, atendendo ao seu uso constante nestas circunstâncias.
- c) Actualizou-se o uso do *i* e do *j*, bem como do *u* e do *v*. Conservou-se o X aspado, X̃ (=XL), equivalente a quarenta.
- d) Desdobraram-se as abreviaturas sem individualizar as letras que lhes correspondiam. Quando as abreviaturas se podiam desdobrar de formas diferentes, preferiram-se as formas que as palavras apresentavam por extenso no texto ou as que o contexto exigia. Nas abreviaturas nasais, dada a inconstância no emprego do *m* e do *n*, desdobrou-se de acordo com as formas completas do texto. Adoptou-se o mesmo critério para outras abreviaturas com leitura dúplice.
- e) As siglas de nomes próprios desdobraram-se como qualquer abreviatura, sempre que se tinha a certeza do desdobramento.
- f) Nem sempre se respeitou a pontuação do texto, por ser demasiado profusa e servir objectivos mais alargados do que os de uma mera marcação do ritmo da frase. Assinalada apenas pela aposição de um ponto, desdobrámo-la em vírgulas, pontos finais, dois pontos ou ponto e vírgula, afastando-nos dela quando se tornava dispensável ou dificultava a leitura do documento.
- g) Não se reproduziu a acentuação usada em vogais dobradas.
- h) Separaram-se as palavras indevidamente unidas e reuniram-se os elementos desligados da mesma palavra.
- i) Completaram-se as palavras truncadas ou ilegíveis que o contexto ou lugares paralelos permitiram reconstituir, colocando-se entre parêntesis rectos as letras, sílabas ou partes reconstituídas. Adoptou-se o mesmo critério, mas em itálico, quando se reconstituíram omissões do texto devidas a esquecimento do escriba ou à falta de sinais de abreviatura. As partes omissas ou ilegíveis que não se puderam reconstituir vão indicadas por ponteados.
- j) As leituras ou reconstituições duvidosas vão seguidas de (?).

- 12
- k) Vão entre parêntesis angulosos as letras ou palavras que estão entrelinhadas, bem como as frases escritas nas margens, inseridas pelo copista quando da revisão do texto.
 - l) Quanto às formas erradas, corrigiram-se os erros e colocaram-se as formas textuais em nota de rodapé, utilizada igualmente para assinalar outras anomalias verificadas nos documentos.
 - m) Abriram-se parágrafos para as subscrições e, também, para o notário do documento, ou para o chanceler e notário quando estes comparecem juntos. Utilizámos igualmente parágrafos no princípio e no fim dos documentos do tempo de D. Afonso III inseridos no corpo de outros, individualizados também através de aspas.
 - n) Os documentos dos reis anteriores foram destacados através da utilização do tamanho de letra imediatamente inferior.

Se os condicionalismos da vida universitária obrigaram a distender demasiado no tempo a preparação desta edição, a urgência da sua publicação, uma vez conseguidos os apoios necessários, encurtou excessivamente a disponibilidade para uma sua revisão acurada. Apesar das inevitáveis imperfeições, próprias de qualquer edição deste tipo, esperam os autores que ela contribua para um melhor conhecimento da prática político-administrativa de quem foi considerado, ainda recentemente, como o verdadeiro impulsionador da monarquia “moderna” em Portugal.

HOC EST REGISTRUM DONNI ALFONSI REGIS PORTUGALIE ET COMITIS BOLONIE DE CARTIS SUARUM DONATIONUM ET SENTENTIARUM SIVE JUDICIORUM ET DE CARTIS FACTIS SUPER SUIS HEREDITATIBUS FORARIIS ET DE POPULATIONIBUS ET PRIMA

[1]

1253 Março 15, Santarém — Carta de povoamento da herdade de Oliveira de Currelos (c. Carregal do Sal) a quinze povoadores, doze deles constituindo casais.

Carta est de foro de Ulvaria

Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Comes Bolonie, omnibus presentem cartam videntibus salutem. Noveritis quod ego do meam hereditatem de Ulveira ad populandum Johanni Carboni et sue mulieri Urrace Dominici et Petro Pelagii et sue mulieri Elvire Gonsalviz et Dominico Petri et sue mulieri donne Sancie et do[n]no Thome et sue mulieri donne Marine et Martino Pelagii et uxori sue Marie Petri et donno Durando et sue mulieri donne Tode et Martino Barreyro et Martino Dominici et sue mulieri Maiori Petri et Laurentio Johannis et sue mulieri Marie Petri et donno Simeoni et sue mulieri donne Marie et donno Nicholao et sue mulieri donne Dominice et Martino Johannis et sue mulieri Dominice Pelagii et Johanni Dominici et Marie Gonsalviz et Marie Gomecii et Petro Petri et Petro Gonsalviz et sue mulieri Marie Petri. Et istam hereditatem de Ulveira do eis et omni posteritati eorum cum omnibus pertinenciis suis ad tale forum quod inferius continetur, videlicet quod faciant in ea quindecim casalia exceptis IIII.^{or} casalibus veteribus qui stant cum suis terminis et preter sautos qui ibi stant qui tenuerint cartam vel registrum. Et ipsi supradicti populatores et omnis eorum posteritas¹ dent michi et omnibus successoribus meis de quolibet casali annuatim pro festo Nathalis domini unam spatulam et unum almude de centeno et pro Entruido unum cabritum et pro festo sancti Johannis Babbiste unum almude de centeno et

¹ No texto: *potesteritas*.

defendere et facere de illo directum. Unde aliud non faciatis. Data in Colimbria, Rege mandante per Petrum Martini Petarinum, VIII die Maii.

Johannes Suerii fecit. Era M.^a CC.^a LX.^a III.^a.

96

[88]

1256 Maio 12, Coimbra — Escambo de herdades, no termo de Valença, com o mosteiro de Fiães.

Karta de cambio hereditatis monasterii de Feanes in termino Valencie

In christi nomine et ejus gratia. Notum sit omnibus presentibus et futuris quod ego Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Comes Bolonie mandavi et feci populare villam meam de Valencia de Ripa Minii qua primus Contrasta vocabatur et feci per bonos homines aquayrelare terminum ipsius ville populatoribus ejusdem et inveni quod monasterium de Feaes ordinis cisterciensis habebat in termino ejusdem ville quamdam hereditatem prope villam et feci eam quayrelare populatoribus prefate ville, quam hereditatem petivi abbati et monachis ejusdem monasterii quod cambitent eam michi. Et ipsi de beneplacito eorundem cambiverunt michi prefatam hereditatem pro alia mea hereditate de Penso et de Felgueyras in termino de Valadares quam hereditatem consuevit tenere judex de Valadares de me in prestimonio. Et prefata mea hereditas est in villa de Penso una leyra que vocatur Encoyrado, et alia leyra in Espieyro, et alia leyra in Castineyro de Ayo, et alia leyra in Portu de Rivulo, et alia leyra de Vinal, et alia leyra de Eya Manium, et alia leyra in Trigaes, et alia leyra ubi sedit Pelam Urelia, et media leyra de Saguarsal, et alia leyra in Varzenas in Aqua Soterrada, et *ffl. 16*] quarta unius leyre et unius prave defesse et alia leyra in Verroeyra et alia leyra in Freyseyro, et alia leyra in Serra, et unus terrenus in Terrom cum suis defessis, unus terrenus in Caosa, et unus talius in Insulis et terrenus de Carvalio, et alius terrenus de Spinario, et alter terrenus de Sarrabosa et alter terrenus in Agro Bono, et alter terrenus in Fonte de Nando, et alter terrenus in Pomar de Nego, alter terrenus de inter muros, alter terrenus in Cerdaria, alter terrenus in Lovelo. In Felgueyras duas leyras que dant unam teglam de pane, alias duas leyras unum almude de pane, unus castineyro et alia leyra in Valado, alia leyra in Bacelal, alia leyra in Sadorium, et <in> Ranoy III taleigas de pane, et quarta de alia leyra, de piscariis media leyra de Pendorada, et quarta leyra de Coqua, et medietas de una sesta de Tinossa, de duobus casalibus que dant inde V.^e quartarios de pane et de vino et quinque solidos in Ferrosoos inter panem et vinum unum modium, II solidos in Lagenas III solidos de castaneis et sestam de Covela. Et ego prenomatus Rex supradictas leyras prout superius sunt

expresse, do et concedo abbati et monachis de Feas, in concambio sue hereditatis tam presentibus quam futuris in perpetuum possidendas. Et ab hac die mando et concedo quod nec meus ricus homo nec prestamarius nec maiordomus nec aliquis ex parte mea intret in prefatas leyras ad petendum nec ad filiandum nec demandandum aliquid nomine meo nec successorum meorum pro capitali nec pro voce nec pro calumpnia nec pro alia causa, nisi pro homicidio raso furto stercore in ore, quia ego quito dictis abbati et monachis de Feaes quiquid juris a me et ad successores meos in predictis leyris et de jure habere debebam, et pro conambio sue hereditatis quam michi dederunt in termino de Valencia exceptis supradictis quatuor calumpniis que michi et successoribus meis debent pectare homines qui in prefatis leyris moraverint si contigerit ipsos eas facere. In cujus rei testimonium dedi jam dictis abbati et monachis de Feaes istam meam cartam apertam mei sigilli munimine roboratam. Data Colimbrie, XII die Madii, Rege mandante per Rodericum Petri superjudicem, Era M.^a CC.^a LX.^a III.^a.

Donnus Gunsalvus Garsie alferat curie, donnus Egidius Martini maiordomus curie, donnus Stephanus Johannis cancellarius curie, donnus Menendus Suarii de Merloo, donnus Johannes Petri de Avoyno, Egeas Laurentii de Cuyna, Stephanus Petri Spinel, Petrus Martini Petarino, Martinus Petri clericus, testes.

Dominicus Petri notarius curie fecit.

[89]

1256 Maio 24, Coimbra — Contenda entre D. Rodrigo Forjaz [de Leão] e sua mulher D. Chamoia Gomes [de Tougues] e a abadessa do mosteiro de Arauca, D. Mor Martins [de Riba de Vizela], acerca dos bens que haviam pertencido a Soeiro Peres Carnes.

Karta de contenda habita inter Rodericum Froyaz et uxorem et abbatissa[m] et conventum de Arauca

In nomine domini nostri ihesu christi. Notum sit omnibus presentibus et futuris quod cum inter nobilem virum donnum Rodericum Froyaz et uxorem suam donnam Chamoam Gomecii ex una parte, et Maiorem Martini abbatissam et conventum monasterii de Arauca cisterciensis ordinis ac diocesis Lamecensis ex altera, super tota hereditate que in regno Portugalie fuit quondam donni Suerii Petri dicti Carnes, in curia Illustrissimi donni Alfonsi dei gratia Rex Portugalie et Comitis Bolonie coram eodem Rege questio verteretur, tandem in ipsa curia per ipsum Regem adjudicata fuit tota ipsa hereditas quantum ad possessionem et proprietatem supradictis abbatisse et conventui de Arauca. Postquam sententiam

per dominum Regem et ejus curiam promulgatam supradicti donnus Rodericus Froyaz et uxor sua donna Chamoia de manu abbatisse et conventus monasterii supradicti receperunt supradictam hereditatem toto sue jure tempore possidendam, excepta tota illa hereditate que est in Extremadura quam tunc sibi retinuerunt et retinent abbatisa et conventus superius sepedicti. Et supradicti donnus Rodericus et uxor sua recognoverunt dominium seu proprietatem et possessionem ejusdem hereditatis ad idem de Arauca monasterium pertinere, renunciantes omnibus cartis siquas habent et juribus et accionibus tam personalibus quam realibus si que sibi super eadem hereditate de jure competunt vel de facto, excepto quod in sua tantum vita illam partem ejusdem hereditatis possideant ut superius est expressum. Promittentes insuper bona fide quod post mortem ipsorum scilicet ejus qui ex eis anbobus ultimo decesserit, totam ipsam hereditatem eidem monasterio de Arauca sine aliquo herede et sine aliqua contradicione facienda ab aliquo qui bona ipsorum vel partem bonorum alterius eorum habuerit libere et in pace dimittant. Ut autem hec omnia firma et inmutata permaneant, supradicte partes sub pena mille aureorum a parte non optemperante parti obtemperanti solvenda servare omnia et singula supradicta, et nunquam occasione aliqua contravenire bona fide sibi invicem promiserunt. Qua soluta pena hec omnia et singula in suo sint super robore duratura. Et de hoc partes fecerunt fieri tres cartas per alphabetum divisas sigillorum supradicti donni Alfonsi Regis Portugalie et Comitis Bolonie cujus auctoritate hoc actum fuit, et supradictorum donni Roderici Froyaz et uxoris sue donne Chamoe et supradicte abbatisse ejus approbante conventu cum sigillum proprium non habeat et donni Sancii abbatis de Salzeda qui omnibus supradictis interfuit munimine roboratas, quarum cartarum media debet in monasterio fratrum predicatorum Colinbriensium in testimonium reservari et aliarum singule penes partes. Ad hec partes insuper addiderunt quod si aliquo tempore inter eas super hiis que acta sunt aliqua dubietas oriretur, et aliqua ipsarum partium cartam suam amitteret seu dolo vel modo alio occultaret, per cartam per aliam partem exhibitam et per illam que in monasterio reservatur, tota dubietas sopiatur. Hec acta sunt in civitate Colimbriense, IX Kalendas Junii, Era M.^a CC.^a LX.^a III.^a.

Presentibus: supradicto donno Alfonso Rege Portugalie Comiteque Bolonie, donno Gunsalvo Garsie alferaz, donno Egidio Martini maiordomo, donno Stephano Johannis cancellario, donno Johanne de Avoyno, donno Menendo Suerii de Merloo, donno Johanne Suerii Conelio et donno Egea Laurencii supradicti Regis consiliariis et privatis. Item donno Fernando Egidii de Gallecia, Roderico Petri de Spino superjudice. Et Petro Martini de Moozelos et magistro Vicente decano Portugalense et multis aliis clericis et laycis.

1256 Maio 25, Coimbra — *Aforamento do reguengo de Pinbel a Simão Peres de Espinho e sua mulher Teresa Soares.*

Forum de regalengo de Pinello

In christi nomine et ejus gratia. Notum sit omnibus presentem cartam inspecturis, quod ego Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Comes Bolonie do et concedo vobis Simeoni Petri de Spino et Tarasie Suarii uxori vestre et omnibus successoribus [fl.16v.] vestris totum meum regalengum quantum habeo in Pinello cum omnibus suis terminis per ubi illud melius potueritis invenire [cum] ingressibus et egressibus suis, tali videlicet condicione quod vos rumpatis illud et frucificetis, et vos et omnes successores vestri detis inde michi et omnibus successoribus meis septimam partem annuatim de pane, de vino et de ligno quod Deus vobis ibi dederit. Et si per vestram negligenciam ipsa hereditas de ipso regalengo non fuerit annuatim fructificata, detis inde michi supradictum forum annuatim nisi tempestas vel guerra vel malignitas terre vos impedierit. Et vos et omnes successores vestri habeatis de cetero et possideatis supradictum regalengum pro vestra hereditate in perpetuum, jure hereditario possidendum, solvendo michi de eo et omnibus successoribus meis supradictum forum. Mando eciam vobis et concedo quod si necesse vobis fuerit, vendatis vel donetis ipsum regalengum talis hominibus qui michi et successoribus meis de eo faciant supradictum forum. Quicumque igitur hoc forum meum vobis integre observaverit sit benedictus a deo, amen. Et quicumque illud infringere abtentaverit, iram dei omnipotentis habeat in eternum. Et ut hoc factum meum sit magis firmum atque stabile, do vobis inde istam meam cartam apertam, mei sigilli munimine communitam. Data Colimbrie, VIII.^o Kalendas Junii, Rege mandante, Era M.^a CC.^a L X.^a III.^a.

Donnus Gonsalvus Garsie alferat, donnus Egidius Martini maiordomus, donnus Stephanus Johannis cancellarius curie, confirmant.

Menendus Suarii de Merloo, Egeas Laurentii de Cunia, Rodericus Petri superjudex, testes.

Dominicus Petri fecit.

1256 Julho 14, Guarda — Confirmação de uma carta outorgada aos homens de Paredes por D. Afonso II.

100

Confirmatio carte de Paredes

Noverint universi presentem cartam inspecturi, quod ego Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Comes Bolonie vidi cartam bone memorie patris mei Regis donni Alfonsi sub hac forma:

Alfonsus dei gratia Rex Portugalie, vobis donno Gonsalvo Menendi, salutem et gratiam. Sciatis quod per illam exquisam quam isti homines de Paredes michi duxerunt scriptam super suo termino quem eis acceperat Suerius Vermudi et super sua collecta, mando vobis firmiter ut teneatis illos ad directum cum ipsa hereditate per illos terminos quos tenent scriptos in mea carta plumbata. Et mando ut iste meus portarius integret eos de illa. Et mando quod dent riquohomini in collecta carnem de uno morabitino cum quatuor gallinis, et cum triginta ovis, et dent sexaginta panes medios de tritico et medios de centeno, et quinque quartarios de cevada et unum puzal de vino, quia sic inveni per meam exquisam. Et propter hoc dedi eis istam meam cartam apertam et mando quod ipsi homines de Paredes teneant illam. Data Colimbrie, III.^a die Julii per meum mandantum.

Et quia ego supradictus Alfonsus Rex Portugalie et Comes Bolonie vidi sigillum fractum de ipsa carta patris mei hinc dedi supradictis hominibus de Paredes istam cartam apertam meo sigillo sigillatam quam teneant in testimonium. Et istud facio eis salva mea collecta, quam michi debent dare annuatim, secundum quod continentur in meo registro. Data apud Gardiam, XIII die Julii.

Andreas Symeonis scripsit per mandatum episcopi Lamecensis et electi Visensis et donni Egidii Martini maiordomi curie, donni Johannis de Avoyno et cancellarii et fratris Durandi de ordine predicatorum. Era M.^a CC.^a L X^a III.^a.

1256 Julho 20, Guarda — Confirmação da carta de couto concedida por D. Sancho I aos homens que habitavam nas herdades do mosteiro de Santa Cruz.

Cautum monasterii sancte Crucis

Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Comes Bolonie, universis de meo regno presentem cartam inspecturis, salutem. Sciatis quod ego vidi cartam felicissime recordationis Regis donni Sancii avi mei quam Rex donnus Alfonsus bone memorie pater meus confirmavit suo sigillo plumbeo per quam cautaverunt homines qui habitant vel habitarent in hereditatibus monasterii sancte Crucis Colimbrie, quas

ipsum monasterium habebat vel habiturum esset in Regno Portugalie, quod nec aliqua potestas vel maiordomi aut sayam aut aliquis alius homo habet super eos aliquam vocem aut aliquam calumpniam ut faciat eos peytare, excepto pro homicidio rauso et furto, que hec tria fuerint probata per bonos homines esse facta. Et si homines de sancta Cruce facerent aliquam injuriam aliquibus extraneis, judicentur cum eis sicuti vicini cum vicinis, nec eos pignorent nisi in sua voce nec eos compellerent ire in expeditionem vel in apilidum vel ad aliquem fiscum, nisi ipsi reges eos vocarent. Et modo conventus monasterii sancte Crucis misit michi dicere quod constringunt homines de suis hereditatibus super hoc. Unde mando et defendo quod nullus sagio nec maiordomus nec aliqua potestas nec aliquis alius homo sit ausus constringere homines qui morantur vel morati fuerint in hereditatibus monasterii sancte Crucis quas habet in meo regno quod pectent aliquam calumpniam nisi supradictas tres calumpnias, scilicet rausum furtum et homicidium, que tres calumpnie fuerint probate per bonos homines esse facte, nec compellant eos ire in expeditionem vel in apilidum vel ad aliquem fiscum, nisi quando ego Rex eos vocavero. Et quicumque aliud fecerit, pectabit michi quingentos solidos pro meo encauto, et ego calumpniabor ei in corpore et in habere. In cuius rei testimonium presentem cartam conventui monasterii sancte Crucis Colimbrie dedi mei sigilli munimine communitam. Data apud Gardiam, XX.^a die Julii, Rege mandante per donnum Egidium Martini maiordomum curie et per cancellarium et per Johannem Petri de Avoyno et per fratrem Durandi de ordine predicatorum.

Dominicus Petri notarius scripsit. Era M.^a CC.^a LX.^a III.^a.

[93]

1256 Agosto 23, Guarda — Aforamento do reguengo de Freixieiro (fr. Campelo, c. Baião) e Vinbó a Afonso Anes.

Forum de regalengo de Freyxeeyro et de Vinoo in termino de Benviver

Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Comes Bolonie, vobis judici de Bemvyver salutem. Sciatis quod ego do Alfonso Johannis latori presentium meum regalengum de Freyxeeyro et de Vinoo quod est in termino de Bemvyver sicut dividit ipsum regalengum cum hereditate de Villa Bona ex una parte, et cum hereditate sancti Johannis ex altera, tali videlicet conditione quod ipse rumpat ipsum regalengum et faciat ibi vineam et det inde et omnes successores sui michi et omnibus successoribus meis quartam partem de omnibus fructibus quos Deus ibi dederit et pro drectura unum franganum et decem ova annuatim pro festo sancti Michaelis. Et dictos Alfonsus Johannis et omnes successores sui habeant

ipsum regalengum in perpetuum et faciant inde michi et omnibus successoribus meis supradictum forum et non vendant ipsum regalengum [fl. 17] nec donent nisi talibus hominibus vel villanis qui faciant michi de eo supradictum forum, et ipse Alfonsus Johannis teneat istam cartam in testimonium. Data in Gardia, decimo Kalendas Septembris, Rege mandante per Rodericum Petri superjudicem.

Dominicus Petri fecit. Era M.^a CC.^a L X.^a III.^a.

[94]

[1256]⁴⁷ Agosto 31, Guarda — Doação das terras de Tendais, Fontes, Tabuadelo e Crestelo (fr. Fontes, c. Santa Marta de Penaguião) a D. Sancha Lopes [de Baião].

Donatio de terra de Tendaes et de Fontibus et de Tavoadelo et de Crastelo

In christi nomine et ejus gratia. Notum sit omnibus presentibus et futuris, quod ego Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Comes Bolonie una cum uxore mea Regina donna Beatrice filia Illustris Regis Castelle et Legionis libenti animo et spontanea voluntate, do et concedo vobis donne Sancie Lupi terram de Tendaes et terram de Fontibus et de Tavoadelo et de Crastelo cum omnibus suis terminis novis et antiquis ruptis et non ruptis, et cum fontibus et cum montibus et aquis et pascuis et cum omnibus ingressibus et egressibus suis et cum omnibus juribus et pertinentiis suis, quod vos liberaliter et integre habeatis et possideatis in pace et quiete omnia loca supradicta cum omnibus juribus et pertinenciis in toto tempore vite vestre, et post mortem vestram ipsa loca supradicta cum omnibus juribus supradictis revertantur michi sine impedimento et sine contradictione, vel illi qui pro tempore regnaverit in regno Portugalie. Siquis vero tam de meis quam de extraneis fuerit qui hoc factum meum infringere vel diminuere in aliquo attemptaverit non sit sibi licitum sed pro sola temptatione pectet vobis vel illi cui vocem vestram dederitis mille marabitanos. Facto isto nichilominus in suo robore in perpetuum duraturo. Et ut hoc factum meum sit magis stabile et magis firmum presentem cartam patentem vobis precepi fieri et mei sigilli munimine communiri. Data in Gardia, Rege mandante, pridie Kalendas Septembris, [Era M.^a CC.^a L X.^a III.^a].

Presentibus: donno Egidio Martini maiordomo curie, Matheo Martini electo Visensis, capellano domini Regis, Stephano Johannis cancellario, Johanne Petri de Avoyno, Menendo Suerii de Merloo, Egea Laurencii de Cunha, Johanne Suerii Conilio, Roderico Petri superjudice.

Donnus Gunsalvus Garsie tenens terram de Nevia signifer curie, donnus Alfonsus Teliz tenens terram de Bragancia, donnus Andreas Fernandi tenens

⁴⁷ Embora sem indicação de ano, o itinerário régio e o local da inserção deste documento na Chancelaria apontam para 1256.

terram de Ripa Minii, donnus Alfonsus Lupiz tenens terram de Sausa, donnus Didacus Lupiz tenens terram de Lameco, donnus Martinus Egidii tenens Beriam, donnus Petrus Poncii tenens Bayam, Menendus Roderici tenens Mayam.

Donnus Martinus archiepiscopus Bracarensis, donnus Aryas episcopus Ulixbonensis, donnus Egeas episcopus Colimbriensis, donnus Julianus episcopus Portugalensis, donnus Rodericus episcopus Egitaniensis, donnus Martinus episcopus Elborensis, donnus Egeas episcopus Lamecensis.

Johannes Suerii fecit.

[95]

1256 Setembro 19, Guarda — Carta de povoamento de dois terrenos no julgado de Penaguião, um em Travassos e outro em Espinheiro.

Forum de uno terreno quod vocatur Travaços et de Spineyro de Penagoyam

In christi nomine et ejus gratia. Noverint universi presentem cartam inspecturi, quod ego Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Comes Bolonie do et concedo Johanni Petri dicto Mancelos meum terrenum ad populandum quod vocatur Travaços et aliud meum terrenum quod jacet sub Foyo quod vocatur o Espineyro in termino et in judicatu de Penagoyam, videlicet quomodo dividit cum terreno sancti Johannis de Tarauca et deinde quomodo dividit cum donna Tharasia Egee et deinde quomodo vadit directe ad hereditatem de Ansedí, et deinde quomodo dividit cum Ribeyro de Jugueyros sub pede. Do vobis istos duos terrenos meos supradictos et omnibus successoribus vestris cum omnibus juribus et pertinentiis suis, et cum introitibus et exitibus, fontibus et pascuis, et cum omni jure hereditario quod ibi habeo in perpetuum possidendum, tali videlicet pacto quod vos et successores vestri laboretis et plantetis et arrumpatis ipsos terrenos, et detis inde michi et meis successoribus quolibet anno unum modium de pane quartato et unum modium de vino et unam taeygam de tritico et unum corazil et unam gallinam cum quinque ovis, et debetis ibi facere vineam, et postquam ipsa dederit vinum usque ad V.^e annos completos, debetis michi dare supradictum modium de vino quolibet anno, et non debetis michi illud dare donec fuerint ipsi quinque anni completi, et debetis pectare vocem et calumpniam sicut alii homines de terra. Et non debetis ipsam hereditatem vendere militi nec fidalgo nec donne nec alicui homini de ordine nec cambire cum eo, nec donare nec alienare nec hesmolnare ipsam nec partem ipsius, sed si volueritis eam vendere vel donare vel cambire, vendatis vel donetis vel cambiatis eam tali homini laboratorum qui faciat inde michi forum supradictum quolibet anno. In cujus rei testimonium hanc cartam patentem

vobis precepi fieri et mei sigilli munimine communiri. Que fuit facta in Gardia, XVIII die Septembris, per Rodericum Petri de Spino et per Pelagium Pelagii superjudices domini Regis.

104

Andreas Simeonis fecit. Era M.^a CC.^a L X.^a quarta.

[96]

1256 Setembro 1, Guarda — Confirmação do foral de S. João da Pesqueira, concedido por seu bisavô D. Afonso Henriques.

Forum sancti Johannis de Pesqueyra

In christi nomine et ejus gratia. Notum sit omnibus presentem cartam inspecturis, quod ego Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Comes Bolonie, vidi cartam de foro quam felicissime recordationis Illustrissimus donnus Alfonsus bisavus meus Rex Portugalie dedit concilio sancti Johannis de Piscaria que talis est:

In nomine patris et filii et spiritus sancti amen. Ego Rex Alfonsus bone memorie volo justiciam diligere et meas⁴⁸ extrematuras amplificare et cum bono foro fiducialiter populare. Illam vero justiciam et forum que bisavus meus Rex don[us] Fernandus dedit sancto Johanni de Pisqueyra. Illud vero forum eidem concedo et confirmo evo perhenni et in seculum seculi fiat fiat. Istud vero forum firmavit Rex donnus Fernandus ut in uno quoque anno darent illi vel vicario suo talem paratam ut unusquisque homo qui habuerit uxorem et casam et hereditatem de uno anno in antea det in parata Regis duos panes unum de tritico et alium de centeno et unum almude de vino et alium de cevada, et cum ipso Rege vel cum vicario suo una vice in anno currere montem et quantumcumque invenerit sive carnes sive pelles totum erit de Rege aut de suo vicario. Et ipsa die quando currerint ad montem, ipse Rex vel vicarius ejus debet una vice in die conductare ipsos homines qui cum eo currerint ad montem, et si aliquis homo fecerit rausum vel homicidium pectet LX solidos ad palatium, quomodo de vicino ad vicinum, sive de maiordomo sive de vicino, et si alicui homini imposuerint homicidium vel rausum et ipse se non cognoverit fecisse det fideiussorem in quinque solidos et salvet [fl. 17v] se cum V.^e bonis hominibus, et se sexto, et si homo per peccatum furtum fecerit et per inquisitionem comprobatus fuerit pectet pro uno novem, et de illis novem duas partes ad dominum de ganato et VII partes ad palatium, et si se non cognoverit salvet se per juramentum. Et si aliquis homo vel homines roubam vel furtum aut predam in terra aliena super mauros aut super christianos fecerit det quintam ad palatium, et si habuerit pignora sabuda contra christianos integret, et de eo quod remanserit det quintam ad palatium, et si aliquis homo contra vicinum suum aliquod malum fecerit, et intra se emendaverit ad palatium nulla calumpnia detur, et si se inter vicinos noluerit emendare, et calumpniam ad palatium duxerit, pro uno pugno clauso pectet I solidum et pro manu aperta V solidos et pro manibus in capillos V solidos et pro homine

⁴⁸ Segue-se *et meas* riscado.

incluso in casa cum armis XXX solidos, et si sacaverit illum de sua casa per forciam XXX solidos et pro bastonada aut pedrada unde sanguis non exierit pectet I solidum. Si autem sanguis exierit, pectet V solidos, et si aliquis homo sacaverit lanceam aut spatam et non dederit cum eis nulla calumpnia erit et si jactaverit ut feriat et non percusserit, perdet ipsa arma que jactat<verit>⁴⁹. Et si ferierit cum lancea et non passaverit ad aliam partem pectet V solidos. Et si passaverit ad aliam partem pectet X solidos, et si aliquis homo miserit aliquem hominem per forciam in aquam per malam voluntatem pectet X solidos et si per malam voluntatem dederit cum merda in vultu hominis, pectet XXX solidos, et si homo multas calumpnias fecerit in una hora in aliquo homine non pectet nisi unam calumpniam, et si duo homines vel tres vel plures alium hominem ferierint et in terra jactaverint et eum disvidigaverint pectent XXX solidos et pro nulla calumpnia non dent fideiussorem nisi ad suum intentorem, et si aliqua mulier acceperit virum meliorem qui fuerit in villa dabit ei pro osis V solidos, et si minor fuerit minus dabit et si homo vel mulier dixerit ad suum vicinum vel ad suam vicinam çegulo de foam, aut çegonia cum foam, et non potuerit sibi probare cum inquisitione, pectet XXX solidos ad palatium et exeat homicida, et in alio denosto nulla calumpnia sit, et debent levare de uno castello ad alium hominem presum vel cartam et non magis, et si noluerit levare, pectet unam ceram. Et ire in apelidum de mauris quantum potueritis et contra chistianos tantum ut ipsa die tornetis ad vestras casas nisi fueritis cum rege. Et si aliquis homo clericus vel laycus mortuus vel captivus fuerit inter vos, et habuerit parentes, non respondeant ad manariam usque ad luytosam, et si nullus parentes habuerit de sua re det duas partes ad palatium, et terciam pro anima sua, et si mactaverit cervum cum canibus aut in madeyrum det unum lumbum ad palatium et de porco nichil, de urso duas manus, et si homo intraverit in casam alienam per forciam quantum inde sacaverit duplet, et si nichil saccaverit pectet V solidos domino terre, et de ipsa pescaria dent mediam partem ad palatium, et de aliis piscariis antiquis quartam ad palatium, ubi hominem lavor nichil, et si homo fuerit de una villa ad aliam, vel ad alias terras extraneas faciat de sua hereditate quicquid sibi placuerit et non det quartam nec aliquam rem et si placuerit ei ibi habere suam hereditatem, det paratam sicut sui vicini, et si homo dimiserit uxorem suam, et cum ea non partiverit rem suam nichil det et si partiverit cum ea et postea acceperit eam det osas et suas ecclesias videlicet concilium cum suo episcopo sine alio seniore. Et si homo prestaverit ad vicinum suum rem suam, et vicinus pro revolta noluerit dare et cum sagione re integraverit det medium tantum ad palatium, et si vicinus pectaverit fiadoriam cum sagione capud integrum integrum ad intentorem, et medium duplet et aliud medium ad palatium, et si homo truncaverit pedes aut manus vel oculos pectet L.^a solidos. Si autem unum oculum vel manum vel pedem det medium homicidium, et ibi non currat iudicium nisi exquisicione directa et si non invenerit exquisicione salvet se cum juramento et lide per voluntatem amborum, et mando quod non respondeant sine rancuroso.

Et ego supranominatus donnus Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Comes Bolonie presentem cartam de foro quam bisavus meus Rex donnus Alfonsus bone

⁴⁹ No texto: *jactat<verit>*, com o segundo *t* sopontado.

vobis quod non detis michi neque ad progenie mee nec ad nullo homine pro homicidio, nisi septima ad palatium de CCC solidos apreciadura per concilio et per manu de iudice, et nullo pecto nec ulla calumpnia non intret ibi nullo meyrino nisi iudice de concilio. Et faciant fossado la tercia de los cavaleyros et las duas partes stent in Aquilari, et de illa una pars qui habuerit a andar in fossado et non fuerit det in fossadeyra quinque solidos in apreciadura. Et non faciant fossado nisi cum seu senior una vice in anno, aut vestra voluntas fuerit. Et peones non faciant fossado nec clericis. Et non intret ibi nuncio nec manaria de unoquoque homine per foro de Aquilari. Et qui in termino de Aquilari filia aliena rousar extra sua voluntate, pectet a palatio CCC solidos et exeat homizeyro de suos parentes. Siquis aliquis inter vos in mercato aut in ecclesia aut in concilio plecato a precon ferida fecerit a suo vicino, pectet LX solidos a concilio et septima a palatio per manu de iudice. Et de furto qualibet sedeat, que colligat suo dono suo cabdal et de illa calumpnia partat cum iudice per medio. Et qui domum hedificaverit aut vineas aut sua hereditate honoraverit, et uno anno in illa sederit, et postea ad alia terra fuerit, quomodo serviat illi tota sua hereditate ubi ille hereditates fuerit, et si quesierit illas vendere, vendat ad quem volent per foro de Aquilari. Et homines de Aquilari qui habuerint iudicio vel ajunta cum homines de alias terras habeant illos in cabos de suos terminos. Et dono vobis foro que stet cabaleyro de Aquilari pro infancion de totas alias terras sive in juramento quomodo in iudicio et passent⁹⁹ super illos cum duos juratores. Et homines qui de suas terras exierint cum homicidio, aut cum muliere roussada, vel cum alia calumpnia qualibet sedeat, nisi qui non adducat mulier aliena de beneditione, et tornet se a senior de Aquilari, et sedeat solto et defeso per foro de Aquilari. Et siquis homines de quacumque terra cum inimicitate aut cum pignora venerit, et in termino de Aquilari intratum fuerit, et nullus inimicus post illum intraret et pignora tollerit, aut male illi fecerit, pectet a senior de Aquilari quingentos solidos et duplet illa pignora aut illos livores. Et qui homines de Aquilari pignoraverit et in concilio non pecierit directo pectet a senior de Aquilari sexaginta solidos et duplet illa pignora a suo dono. Et homine de alia terra qui cavaleyro de Aquilari descavalgar, pectet illi LX.^a solidos. Et homine de Aquilari qui los presire et in presion illos miserit pectet illi CCC solidos. Et si homines de Aquilari pro quibus fiadoria a medio anno illo non requisierit que sedeat solto et si migratum fuerit sint filii et uxor sua liberi. Et non solvant homines de Aquilari pignora pro senior nec pro meyrino nisi pro suo vicino. Et donent pousada per foro de Aquilari in casa de cavaleyro inde de vibdas inde de clericos, nisi per manu de iudice in casa de peones. Et homines de Aquilari qui homines tenerint in suas hereditates aut in suos solares et non fuerit ibi suo senior veniat ad sinal de iudice

⁹⁹ Corrigido de *possent*, sopontado o o e sobrepondo, na entrelinha, um *a*.

et det fiador avenida de suo senior et faciat quod mandarent. Et calumpnia qualibet fecerit sedeat de suo senior et septima a palatio et non serviat a nullo homine nisi a suo senior in cuius solar sever. Et sua senara aut suas vineas de Elrey tal couto habeant quomodo de vicino de Aquilari. Et qui vicinum occiderit et in sua casa fugierit qui post illum intrare et in sua casa lo matare pectet CCC solidos ad parentes de morto. Et qui mulier afforciaverit et illa voces mittendo venerit et ille cum duodecim non potuerit se salvare pectet CCC solidos a la mulier et ad suos parentes. Et qui mulier aliena ferire pectet a suo marido XXX solidos et VII.^a a palatio. Et homines de Aquilari qui fiadores parat pro calumpnia ille pecierint e del fiador otorgor cum duos vicinos et ille non quesierit colligere fiador et super ipsum occiderit nos totum concilium pectabimus ipsum homicidium. Et palatium regis vel episcopus habeant calumpnia et tota alia villa habeant uno foro et alio palatio non habeant calumpnia. Et homines de Aquilari qui fiador viciat et contendor non habuerit quale fiadoria fiar tale pectet. Et si contendor habuerit mittat illum in manus et exeat de illa fiadoria. Et de suspeyta de X solidos ariba cognominet duodecim vicinos in redor de sua casa et juret cum los duos et exeat de calumpnia. Et de X solidos aiuso jure soo et autre quales afiar quod vicinos sedeant. Et toto homem de Aquilari qui se tornar ad alium seniore qui benefaciat suas casas et suas hereditates et uxor sua et filii sui sint liberi et soluti per foro de Aquilari. Et do vobis foro qui non habeatis alium seniore nisi ad regem aut a suo filio aut qui vos concilio a nobis quesieritis. Et toto homem de Aquilari qui deseredado fuerit et per sua manu non lo pectare quomodo se torne ad sua hereditate ubi illa fuerit sine calumpnia. Et toto homem de Aquilari qui hereditatem habuerit in alia terra non faciat fossado nisi per forum de Aquilari. Et toto homem de Aquilari qui habuerit mulier ad benedictionem et leyxaverit illam pectet ad judicem unum denarium. Et si mulier ad suum maridum leyxaverit qui habuerit ad benedictionem pectet CCC solidos, medios a palatio et medios a suo marido. Et de casa derupta cum scudos et cum lanças qui la derrumpere pectet CCC solidos, medios a dono de la casa et medios a palatio et qui dederit a suo vicino cum spada pectet XL solidos et septima a palatio. Et qui dederit cum lanza ad suo vicino et exierit de una pars ad alia pectet XX.ⁱ solidos et VII.^a ad palatio, et si non exierit pectet X solidos septima a palatio. Et de plaga unde osso exirit cada osso X solidos et VII.^a a palatio, et de alia plaga V solidos et VII.^a a palatio. Et pro tota pignora sive de concilio [fl.34v] vel de palatio colligat fiador super illa pignora pro ad foro. Et dono vobis quod non habeat nulla defensa nec nullo monte nec nullo pelago nisi de toto concilio. Et illo montadigo de vicinis de Aquilari monte no cavaleyro cum suo senior et prentant inde latertia et nullo ganado de Aquilari non sedeat montado. Et de portadigo de pane et de vino de la carrega III mealias, et de cavalo et de mulo qui lo vendiderit I solidum, et de bove et de asyno VI denarios, de

carneyro aut de cabra aut de porco III mealias. Et de toto portadigo qui a Aquilari venerit apreendat suo hospite latertia. Et ego supradictus Alfonsus Rex Portugalie et Comes Bolonie una cum uxore mea Regina donna Beatrice do et concedo vobis populatoribus de Aquilari quod pro portadigo et pro voce et pro calumpniis et pro collecta et pro omnibus meis rendis supradictis de ipsa villa de Aquilari et de suis terminis, vos et omnes successores vestri detis michi et omnibus meis successoribus quolibet anno trescentas libras ad tercias anni, et primam terciam detis prima die Septembris et secundam terciam prima die Januarii, et aliam terciam prima die Madii. Facta carta apud Vimaranem, XII.^o die Julii, Rege mandante. Era M.^a CC.^a LX.^a VI.^a.

Donnus Gunsalvus Garsie alferaz curie, donnus Egidius Martini maiordomus curie, donnus Martinus Alfonsi tenens Braganciam, donnus Andreas Fernandi tenens Ripam Minii, donnus Alfonsus Lupi tenens Sausam, donnus Didacus Lupi tenens Lamecum, donnus Petrus Poncii tenens Bayam, Martinus Egidii tenens Trasserram, Gonsalvus Menendi tenens Panoyas, confirmant.

Donnus Martinus archiepiscopus Bracarensis, donnus Arias Ulixbonensis episcopus, donnus Egeas Colimbriensis episcopus, donnus Julianus Portugalensis episcopus, donnus Rodericus Egitanienensis episcopus, donnus Martinus Elborensis episcopus, donnus Matheus Visensis electus, donnus Petrus Lamecensis electus, confirmant.

Testes: Donnus Menendus Suarii de Merloo, donnus Johannes Petri de Avoyno, donnus Egeas Laurencii de Cuyna, Johannes Suerii Conilio, Fernandus Fernandi Cogomino, Rodericus Petri superjudex, Pelagius Pelagii superjudex, Lupus Roderici vice maiordomus, magister Petrus decanus Ulixbonensis, Rodericus Johannis magister scholarum Tudensis, Johannes Fernandi vice cancellarius, testes.

Donnus Stephanus Johannis cancellarius, confirmat. Michael Fernandi notarius curie scripsit.

[170]

1258 Julbo, Porto — Aforamento de metade do reguengo de Vila Boa (fr. Joane, c. Vila Nova de Famalicão) a três casais.

Forum de medietate regalengi de Villa Bona

In christi nomine et ejus gratia. Notum sit omnibus presentibus et futuris, quod ego Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Comes Bolonie facio cartam de foro, vobis Johanni Petri et uxori vestre Maiori Menendi et Menendo Gonsalvi et uxori vestre Marie Ooriz et Menendo Petri et uxori vestre Marie Pelagii de medietate mei regalengi de Villa Bona quod et in termino de Vermuy in parrochia sancti Salvatoris

de Johanny cum medietate suorum terminorum et suarum pertinenciarum tali videlicet pacto quod faciatis ibi tria casalia. Et detis michi et omnibus successoribus meis de quolibet casali terciam partem panis et lini, et in vita vestra detis terciam partem vini sive eyradiga, et post mortem vestram successores vestri dent quolibet anno medietatem de vino. Et detis pro directuris quolibet anno de quolibet casali pro festo Nathalis domini unam spatulam de porco de XII costis cum uno denario, et pro Entruydo unum cordarium si habueritis quatuor oves, et si non habueritis oves detis unum cabritum, et pro festo sancti Johannis unam teeygam de centeno de inter me et vos, et pro collecta unum solidum et unum franganum de lino et alium franganum de eyra, et pro festo sancti Michaelis unum bragale et duos capones cum XX.ⁱ ovis, et pro directura unum sestarium de pane de vestro quinione quito, et pro eyradiga unum quartarium de pane de inter me et vos, et si habueritis porcā que pariat a Kalendis Februarii usque ad festum sancti Michaelis detis leytigam. Et detis pro luytosam duos marabitos. Ista directuras supradictas detis annuatim de quolibet casali, et levetis panem et vinum et alia jura mea ad meum cellarium sicut alii homines de meis regalengis de Vermuy. Et si feceritis vocem et calumpniam pectetis eam sicut alii homines de meis regalengis de terra de Vermuy. Habeatis vos et omnis posteritas vestra supradicta casalia in perpetuum et faciatis inde michi et omnibus successoribus meis quolibet anno supradictum forum. Et non vendatis nec donetis nec testetis nec helemosinetis supradicta casalia monasteriis nec ecclesiis nec militibus nec ordinibus nisi talibus hominibus qui michi faciant supradictum forum. Facta carta in Portu, mense Julii, Rege mandante per donnum Egidium Martini et per cancellarium.

Dominicus Petri fecit. Era M.^a CC.^a LX^o.^a VI.^a.

[171]

1258 Julbo, Porto — Aforamento de um reguengo em Cinzães (fr. Antas, c. Vila Nova de Famalicão) a Pedro Gonçalves e sua mulher D. Duraça.

Forum de quarta parte casalis in loco qui dicitur Cinzanes

In dei nomine. Notum sit omnibus presentibus et futuris, quod ego Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Comes Bolonie facio cartam de foro, vobis Petro Gunsalvi et uxori vestre donne Durancie de uno meo regalengo quod est in termino de Vermuy in loco qui dicitur Cinzanes, in parrochia sancti Jacobi de Anthas. Faciatis ibi unam quartam casalis et detis inde terciam partem de pane et de lino et de vino detis in vita vestra terciam partem, et post mortem vestram dent vestri successores medietatem de vino, et detis quolibet anno quartam partem de omnibus directuris quas dant de uno casali de Berufi et quartam partem de luytosa,

qualem dant de uno casali de Berufi. Habeatis vos et omnis posteritas vestra ipsam quartam partem casalis in perpetuum et faciatis inde michi et omnibus successoribus meis supradictum forum. Et si feceritis vocem et calumpniam pectetis eam sicut alii homines de meis regalengis de Vermuy. Et non vendatis nec donetis nec testetis nec elemosinetis ipsam quartam partem casalis nisi tali homini qui faciat michi supradictum forum. Facta carta in Portu, mense Julii, Rege mandante per donnum Egidium Martini et per cancellarium.

Dominicus Petri fecit. Era M.^a CC.^a LX.^a VI.^a.

[172]

1258 Julbo, Porto — Aforamento de quatro casais em Ermegil (fr. S. Martinho de Mouros, c. Resende).

Forum de quatuor casalibus de Ermegildy

In dei nomine. Notum sit omnibus presentibus et futuris, quod ego Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Comes Bolonie facio cartam de foro, vobis Gonsalvo Egee et uxori vestre Marie Menendi et Laurencio Johannis et uxori [fl. 35] vestre Maiori Johannis et Thome Johannis et uxori vestre Maiori Martini et Petro Johannis soltario de quatuor casalibus que habeo in iudicatu sancti Martini de Mauris in loco qui dicitur Ermigildi que sunt depopulata, tali videlicet pacto quod vos populetis ipsa casalia et laboretis et fructificetis ipsa casalia et faciatis ibi vineas et detis inde vos et omnis posteritas vestra et omnibus successoribus quolibet anno quartam partem de pane, de vino, de lino, de leguminibus et de castaneis siccis quas siccaveritis secundum usum terre. Et detis pro directuris de ipsis quatuor casalibus quolibet anno unum medium carnarium et duas soldadas de pane pro pedida de maiordomo, et in festo sancti Johannis Baptiste quatuor teeygas de ordeo, et in prima die quatuor brcales, et pro festo Nathalis domini quatuor quaraziles et quatuor teeygas de centeno et quatuor teeygas de tritico et quatuor quartis de vino et octo gallinas et quatuor capones et sexaginta ova et duodecim varas de bragali et duas scaas de manteyga et unum carnarium qui valeat unam terciam de morabino et duas freamas que valeant duas tercias de marabino et unum porcum qui valeat unum marabatinum, et istas directuras detis quolibet anno in illis temporibus quibus eas consueverunt dare in ipsa terra, et in voce et in calumpnia et in aliis rebus habeatis tale forum sicut alii homines de meis regalengis de terra sancti Martini de Mauris. Habeatis vos et omnis posteritas vestra supradicta casalia in perpetuum et faciatis inde michi et omnibus successoribus meis supradictum forum. Et non vendatis nec donetis nec testetis nec elemosinetis supradicta casalia nisi talibus hominibus villanis qui

michi et successoribus meis faciant supradictum forum. Facta carta in Portu, mense Julii, Rege mandante per donnum Egidium Martini maiordomum et per donnum Stephanum Johannis cancellarium.

194

Dominicus Petri fecit. Era M.^a CC.^a LX^o.^a VI.^a.

[173]

1258, Julho 28, Porto — Concessão aos povoadores de Viana dos reguengos de Afife, Vila Meã e Baltasares (c. Viana do Castelo), bem como de dois casais em Caminha, de um em Moledo (c. Caminha), de dois em Vinha (c. Ponte de Lima) e do reguengo de Sá (c. Ponte de Lima), com as restrições indicadas.

Karta de quibusdam herdamentis que dominus Rex dedit populatoribus de Viana

In dei nomine. Notum sit omnibus presentem cartam inspecturis, quod ego Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Comes Bolonie, una cum uxore mea Regina donna Beatrice Illustris Regis Castelle et Legionis filia, do et concedo populatoribus de Viana pro suo herdamento et pro suo cauto totum meum regalengum de Affify et de Villa Meyana et de Baltasares et quantum ibi habeo et de jure habere debeo cum omnibus juribus et pertinenciis suis et rendam ipsius ecclesie de Affify, salvo michi et omnibus successoribus meis jure patronatus ecclesiarum. Et in terra de Camya do et concedo eis duo casalia in Camya, et unum casale meum in Moledo que ibi habeo cum omnibus juribus et pertinenciis suis, et duo casalia in Vinea que ibi habebat monasterium de Tivianes, et totum meum regalengum quod habeo in Saa cum omnibus juribus et pertinenciis suis, salvo michi et successoribus meis jure patronatus ecclesie de Saa, et salvis michi et successoribus meis duobus marabitinis de renda ipsius ecclesie, et istud supradictum herdamentum do eis et concedo in cambio pro quanto episcopus et capitulum Tudensis habent in Vinea quod eis posui in sua carta de foro, et non potui illud sibi dare pro eo quod non potui facere ipsum cambium de Vinea cum episcopo et capitulo Tudensis, et pro supradicto herdamento concilium de Viana renunciavit et quitavit totum ipsum herdamentum de Vinea quod ibi et episcopus et capitulum Tudensis habent, quod herdamentum ipsum concilium tenebant in sua carta de foro. In cujus rei testimonium dedi eidem concilio de Viana istam meam cartam apertam mei sigilli munimine comunitam. Data in Portu Portugalie, V.^o Kalendas Augusti, Rege mandante per donnum Johannem de Avoyno. Era M.^a CC.^a LX^o.^a VI.^a.

Dominicus Petri notarius curie fecit.

1258 Agosto 4, Feira — *Aforamento do reguengo de Zamarim (c. Felgueiras) a João Martins e sua mulher Maria Martins.*

Forum de regalengo de Zamarim

In dei nomine. Notum sit omnibus presentibus et futuris, quod ego Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Comes Bolonie, facio cartam de foro vobis Johanni Martini et uxori vestre Marie Martini de meo regalengo quod habeo in iudicatu de Felgueyras in loco qui dicitur Zamarim, quod regalengum solebat tenere iudex de Felgueyras in prestimonio, tali videlicet pacto quod vos faciatis ibi unum casale et populetis illud et laboretis et fructificetis, et vos et successores vestri detis inde michi et successoribus meis annuatim medietatem de milio rigato, et de auctuno et de milio non rigato detis terciam partem, et de lino medietatem, et faciatis ibi vinea et detis inde terciam partem vini, et pro directuris detis annuatim, videlicet pro festo sancti Johannis pro pedida de maiordomo unam pernam de carneyro et unam soldadam de pane et unam taeygam de secunda de monte panis de inter me et vos, et pro lino quando vobis illud partiverint detis unum ansarem. Et pro festo sancti Michaelis de Septembro unum bragale et duos capones et viginti ova, et pro festo Natalis domini unam spatulam de porco de duodecim costis et unam taeygam de pane de secunda, et pro Emtruydo unum cabritum. Et omnia jura supradicta levetis annuatim ad Casale de Devesa et non detis geyram. Et debetis medire milium secundum usum et forum terre. Habeatis vos et omnes successores vestri supradictum casale et faciatis inde michi et omnibus meis successoribus annuatim supradictum forum prout superius continetur et non vendatis illud nec donetis nec testetis nec elemosinetis ordinibus nec militibus nec ecclesiis, nisi talibus hominibus qui michi et meis successoribus faciant forum supradictum. Data apud Feyram, IIII.^a die Augusti, Rege mandante per cancelarium.

Michael Fernandi fecit. Era M.^a CC.^a LX.^a VI.^a.

1258 Agosto 20, Coimbra — *Ordem ao concelho de Lisboa e ao alvazil de Frielas (fr., c. Loures) para aforar a salina de Frielas a Estêvão Fernandes de Lisboa, exigindo-lhe fiador.*

Carta de una salina de Frenellis

Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Comes Bolonie, vobis almoxariffio et scribanis Ulixbone et alvazili de Frenellis et Martino Egee homini meo, salutem.

Sciatis quod Stephanus Fernandi de Ulixbona dixit michi quod quodam salina mea de Frenellis que fuit de Johanne Pissalio jacet destructa et est dui quod ego non habui inde meum directum et ipse dixit michi quod ipsa salina non est de aliquo homine nisi mea et ipse Stephanus Fernandi dixit michi quod vult facere et adubare ipsam salinam et dare michi [fl. 35v] de ea tale forum quale michi dant de ipsis aliis salinis que sunt circa ipsam salinam. Et quod habeat eam pro ad semper et omnis posteritas ejus et facere inde michi et omnibus successoribus meis inde tale forum sicut de aliis meis salinis de Frenellis. Unde mando vobis quod si ita est quod ipsa salina jacet destructa, et non habet alium dominum nisi me, integretis eidem Stephano Fernandi ipsam salinam et recipiatis de eo fiadorem quod faciat eam et quod adubet eam et det inde michi et omnibus successoribus meis tale forum quale dant de aliis meis salinis qui ibi sunt in Frenellis et ipse et omnis posteritas ejus habeant eam et faciant inde supradictum forum michi et successoribus meis. Unde aliter non faciatis. Sin autem ego me tornabo pro inde ad vos. Et ipse Stephanus Fernandi teneat istam cartam in testimonium. Data in Colimbria, XX.^a die Augusti, Rege mandante per cancellarium.

Dominicus Petri fecit. Era M.^a CC.^a LX.^a VI.^a.

[176]

1258 Agosto 30, Coimbra — Aforamento de quatro casais reguengos em Adoufe (fr. Gémeos, c. Celorico de Basto) a quatro foreiros.

Forum de regalengo de Adaufy

In christi nomine. Notum sit omnibus presentem cartam inspecturis, quod ego Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Comes Bolonie facio cartam de foro de quatuor meis casalibus regalengis que habeo in termino de Celorico de Basto in loco qui vocatur Adaufi videlicet¹⁰⁰ vobis Petro Johannis et uxori vestre Marie Martini de uno casali, et vobis Petro Dominici et uxori vestre Elvire Dominici de alio, et vobis Petro Johannis et uxori vestre Tharasie Petri de alio casali, et vobis Petro Johannis et Gunsalvo Dominici de altero casali, tali pacto quod vos populetis et fructificetis ipsa quatuor casalia et vos et successores vestri detis inde michi et omnibus meis successoribus quolibet anno terciam partem de tritico et de centeno et de ordeo et de toto pane de auctuno et medietatem de milio rigato et terciam partem de milio non rigato et medietatem de vino et de lino. Et debetis

¹⁰⁰ Segue-se *vobis* riscado e sopontado.

metiri ipsum panem et ipsum vinum secundum forum et usum de ipsa villa de Adufi et detis pro eyradiga de quolibet casali quinque quartas de vino rasas et singulos quartarios de pane et pro ista eyradiga debetis filiare de quolibet casali singulos cestos de uvis et semen de milio quod seminaveritis sicut est de consuetudine ipsius terre. Et de monte quem ruperitis detis inde quartam partem de omni fructu et si ibi feceritis vineam vel seminaveritis linum detis inde medietatem de vino et de lino. Et detis annuatim pro ofrecione de quolibet casali in festo sancti Johanne Baptiste singulos marabitanos et singulos quartos de carneyro. Et detis pro directuris de quolibet casali annuatim in festo Nathalis domini singulas spatulas de meliori porco quem habueritis de tredecim costis et singulas freamas que valeant singulas quartas de marabitano et singulos almudes de tritico et singulas taeygas de centeno per taeygam de sexta, et singulas quartas de vino per quartam de quinta, et singulos cabritos et de quolibet casali tres capones cum decem ovis. Et pro festo sancti Michaelis de Septembro detis de quolibet casali duos bragales et pro pedida de maiordomo pro intrada de area singulas quartas de marabitano. Et detis annuatim de ipsis quatuor casalibus sex taeygas de castaneis siccis et sex taeygas de feyiones, et filietis terrenos in quibus seminetis feyiones sicut est de usu et de consuetudine ipsius ville de Adufi. Habeatis vos et omnis posteritas vestra in perpetuum supradicta casalia cum omnibus terminis et pertinenciis suis, et faciatis inde michi et omnibus meis successoribus supradictum forum pro ut superius est expressum. Et non vendatis nec donetis nec testetis nec elemosinetis ipsa casalia nec aliquam partem eorum ordinibus nec militibus nec ecclesiis nisi talibus hominibus qui michi et meis successoribus faciant supradictum forum pro ut superius continetur. In cujus rei testimonium do vobis istam meam cartam apertam mei sigilli munimime roboratam. Data apud Colimbriam, III.º Kalendas Septembris, Rege mandante per donnum Stephanum Johannis cancellarium.

Michael Fernandi fecit. Era M.^a CC.^a LX.^a VI.^a.

[177]

1258 Setembro 8, Coimbra — Concessão a Fernando Esteves, cevadeiro-mor do Rei, do préstamo de Porto de Arufo, no termo de Coimbra, em troca dos bons serviços prestados.

Carta prestimonii de Arufy

In dei nomine. Notum sit omnibus presentibus et futuris, quod ego Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Comes Bolonie una cum uxore mea Regina donna Beatrice Illustris Regis Castelle et Legionis filia do et concedo vobis Fernando

Stephani meo cevadario maiori pro multo bono servicio quod michi fecistis prestimonium de Portu de Arufi quod est in termino Colimbriense cum omnibus ingressibus et egressibus suis et cum montibus et fontibus et pascuis et aquis et rivulis, et cum omnibus pertinentiis suis, et cum omnibus juribus que ego ibi habeo et de jure habere debeo. Et istud prestimonium habeatis et possideatis vos in pace cum omnibus terminis et pertinentiis suis ut supradictum est, in omnibus diebus vite vestre, et post mortem vestram ipsum prestimonium cum omnibus terminis et pertinentiis suis sine diminutione aliqua michi vel illi qui pro tempore regnaverit in regno Portugalie revertatur. Et mando meo almoxariffio et meo scribano Colimbriensi quod integrent vobis ex parte nostra ipsum prestimonium de Portu de Arufi cum omnibus juribus et terminis et pertinentiis suis, sicut illud melius potueritis habere et possidere. Et ut non possint in dubium revocari et maiorem obtineant firmitatem, presentem vobis cartam precepi fieri et meo sigillo sigillari. Data Colimbrie, Rege mandante, VIII.^a die Septembris.

Johannes Suerii fecit. Era M.^a CC.^a LX.^a VI.^a

[178]

[1211-1223] *Julho 11, Coimbra — D. Afonso II proibe que cavaleiro ou homem de outra parte povoe ou more em Zurara (c. Mangualde), acautelando os direitos do Rei e do concelho.*

Carta de Zurara

Alfonsus dei gratia Rex Portugalie. Universis de meo regno ad quos littere iste pervenerint, salutem. Sciatis quod donnus Petrus Fernandiz et judex de Zurara et concilium venerunt ad me apud Colimbriam et dixerunt michi quod homines ipsius terre faciunt¹⁰¹ caballarios de alia parte suos vicinos in una hereditate aut in una domo aut in una arbore et propter hoc ego et meus riqushomo et concilium perdimus nostrum directum. Unde ego mando firmiter et defendo ut nullus [fl.36] caballarius neque aliquis alius homo de alia parte veniat ibi populare neque morari neque teneat ibi maladiam neque comendam nec faciat ibi tortum neque forciam. Et quicumque contra hanc meam defensionem ibi venerit populari aut habuerit ibi maladiam aut comendam aut fecerit ibi tortum aut forciam sanet illud sicut jacet in illa carta et in illo foro ad quod populaverat Zuraram. Et mando quod accipiatis ei illam hereditatem quam ita ibi habuerit et mittatis illam in meo regalengo. Mando eciam firmiter ut nullus in meo regno pignoret homines de Zurara nisi fuerint ei debitores aut fideiussores. Et quicumque illos pignoraverit pectet michi D solidos et emendet dampnum quod illis fecerit et insuper habatur pro meo inimico. Et mando ut Petrus Fernandiz meus riqushomo et alius ricushomo qui post ipsum

¹⁰¹ Segue-se *faciunt* riscado e sopotado.

librarum debet dare tres libras, et non det plusquam tres libras licet plus habeat. Et in solutione istius pecunie, maritus et uxor ejus pro una persona computentur. Et istas libras debeo ego recipere in omnibus partibus regni mei ut dictum est, preter quam in illis locis ubi currunt marabitini veteres de viginti septem solidis pro marabitino, vel marabitini legionenses in quibus locis debent michi dare persone ibidem commorantes marabitanos quales ibi current communiter secundum taxationem predictam. Et estimatio bonorum in decem viginti centum et mille debet fieri per marabitanos tales quales ibidem michi persolvendi sunt. Et hujusmodi bonorum taxatio debet fieri per bonos homines locorum fidedignos juratos ad sancta dei evangelia. Et excipiantur a predicta collectione monete archiepiscopus cum tribus servientibus de familia sua quos voluerit. Et quilibet episcopus cum duobus servientibus de familia sua. Et magnus comendator Hospitalis in partibus cismarinis si ibi fuerit tempore collectionis, cum tribus servientibus de familia sua. Et magister de Avys cum duobus servientibus suis. Et magister milicie Templi si ibi fuerit cum tribus servientibus de familia sua. Et prior Hospitalis cum duobus servientibus suis. Et maior comendator de Ucles in Portugalia cum duobus servientibus suis si ibi fuerint tempore collectionis, et persone religiose et milites de Spata Cinta et filiorum eorum et domine generose nisi fuerint cum rusticis conjugate. Et canonici et portionarii ecclesiarum cathedralium et istam collectionem sive extractionem monete debeo facere et recipere semel tantum in tota vita mea, et non magis. Et debeo extrahere dictam pecuniam usque ad unum annum continuum computandum in quolibet loco, et in qualibet villa Regni a die illa qua eam inceperint ibi extrahere collectores. Et post ipsum annum completum continuum in quolibet loco ut dictum est, non debeo facere aliam exactionem seu recollectionem ipsius monete nisi aliqui sint absentes tempore collectionis predicte vel sint pignorati pro ipsa pecunia ante finem anni ipsius pro quibus si non fuerit facta solutio in ipso anno, debent solvere michi ipsam pecuniam pro ipsa moneta, secundum modum predictum si venerint in sequenti anno, et ultra duos annos predictos nichil exigantur ab eis. Actum fuit etiam et statutum in eadem ordinatione ut licitum sit michi post quatuor annos proximo venturos a prima die Maii proximi computandos augere monetam novam predictam per duos annos continuos et non magis in tota vita mea, et fabricare eam per homines meos vel vendere augmentum ipsius monete predicto modo quilibet voluero, et in augmento ipsius monete debeo tenere usque ad viginti fornacias, et non amplius si eas habere voluero vel potuero. Et quando debuero augere predictam monetam novam in predictis duobus annis sicut dictum est, debeo augere eam secundum eandem legem et eandem quantitatem cupri et argenti secundum quam predicta nova mea a principio fuit facta, ita quod ipsa moneta sit facta ad denarium, videlicet quod ad undecim marcas cupri admisceatur una marca puri argenti per marcham de Colonia de octo

unciis in marca, et non de magis, et post duos annos predictos continuos completos exinde in antea non debeo ego per meos homines nec per alios in ipsa moneta nec in alia amplius operari sive habuero viginti fornacias in ipsa moneta sive minus. Et quod ista moneta nova fidelius fabricetur et conservetur in perpetuum in statu predicto, debent inde fieri tres exays, quorum unus remaneat penes me in reposito meo, et alius deponatur in monasterio Alcobacie et alius in monasterio sancte Crucis Colimbrie. Et prelati eorundem monasteriorum promiserunt pro se et successoribus suis fideliter conservare istas exays, et exhibere eos si necesse fuerit prelati et populis regni vel aliquibus eorum ad examinationem monete quando ab eis fuerint requisiti, et quando ego predictam monetam augmentavero si ibi dubium venerit, habeatur recursus ad ipsos exays qui sunt depositi in predictis monasteriis ad probandum si ipsa moneta fuit legaliter sicut supradictum est. Et quando ego debuero augere predictam monetam ut supradictum est, debeo significare diem in qua incepero augere predictam monetam prelati religiosi et communitatibus Regni Portugalie per meas litteras patentes, ut sint inde magis certi de die qua eam incepero augmentare. Et predicta moneta nova quandocumque fuerit augmentata, ut supradictum est, valeat semper cum supradicta moneta veteri prout supradictum est. Item positum ordinatum et statutum fuit in eadem ordinatione et declaratione, per me et per meam curiam et per omnes supradictos Regni mei quod unusquisque heredum vel successorum meorum qui pro tempore regnaverit post me in Regno Portugalie recipiatur semel tantum in tota vita sua pro redemptione monete de personis regni Portugalie pecuniam secundum eam quantitatem et modum de illis personis, et de tali moneta vel juxta extimationem pro ea pro ut de me superius est expressum quod debeat michi solvere. Et licitum sit unicuique eorum semel tantum in tota vita uniuscujusque eorum, per duos annos continuos et non magis, secundum legem et quantitatem et modum et omnes condiciones predictas et numerum fornacium augere predictam monetam novam si voluerit. Et quandocumque dicta moneta per aliquem de successoribus vel heredibus meis in vita uniuscujusque eorum ut dictum est *[fl. 53v]* debuerit augeri, debet significare diem in qua incipere voluerit augere ipsam monetam, archiepiscopo, episcopis et religiosi et communitatibus regni per suas litteras patentes. Et nec ego nec aliquis successor meus debeamus nec possumus frangere umquam monetam veterem nec novam nec aliam novam facere, nec aliquid aliud petere nec exigere pro eisdem monetis nisi illud quod superius est expressum. Et ego predictus Rex Alfonsus una cum uxore mea et filia mea predictis promito pro me et pro omnibus heredibus et successoribus meis, et juro pro me ad sancta dei evangelia omnia et singula supradicta inviolabiliter observare. Retineo tamen michi et successoribus meis quod possimus facere marabitanos de auro quando voluerimus. Et si aliquem vel aliquos invenero tam de meis quam de extraneis qui circa fabricatione seu augmentatione

predicte monete fraudem aliquam presumpserit adhibere, quod faciam de eis justiciam. Item ego predictus Rex Afonsus obligo in perpetuum me et omnes successores meos et heredes qui pro tempore regnaverint in Portugalia, sub pena maledictionis eterne, ad servandum omnia suppradicta et ad prestandum corporaliter juramentum in principio sui regiminis super premissis omnibus observandis. Item suppradicti archiepiscopi et alii episcopi Regni Portugalie de consensu meo tulerunt excommunicationis sententiam in omnes illos qui contra omnia suppradicta vel aliquo ex eis facto, consilio verbo vel mandato venire presumpserit¹⁵⁰, vel ordinationem predictam infringere attemptaverint in aliquo. Item Martinus archiepiscopus Bracarensis, Egeas episcopus Colimbriensis, Rodericus episcopus Egitaniensis, Matheus episcopus Visensis, Petrus episcopus Lamecensis, Martinus episcopus Elborensis, Vincentius electus Portugalensis, Stephanus abbas Alcobacie vicarius Ulixbonensis in temporalibus et spiritualibus de mandato domini pape, Frater Faraudus de Barraza magnus comendator Hospitalis Jherosolimini in partibus cismarinis, Frater Alfonsus Gomecii magister milicie Templi in Regno Portugalie, Frater Alfonsus Petri prior Hospitalis in Portugalie, Symeon Ermigii maior comendator ordinis de Avis et procurator magistri ejusdem ordinis ad hoc specialiter destinatus. Riquihomines et procuratores communitatum Regni Portugalie promiserunt et obligaverunt se michi pro se et pro omnibus successoribus suis, et pro omnibus vassallis clericis subditis et hominibus suis, servare michi et omnibus successoribus meis qui pro tempore regnaverint in Regno Portugalie, omnia et singula supradicta que in hoc statuto seu ordinatione continentur. Et placuit eis concedere michi semel tantum in tota vita mea et omnibus successoribus meis qui post me regnaverint in Regno Portugalie videlicet unicuique eorum semel tantum in tota vita uniuscujusque eorum extrahere pecuniam suppradictam pro perpetuitate monete juxta predictum modum cum conditionibus supprascriptis. Quicumque autem contra hanc ordinationem declarationem et statutum in perpetuum valiturum, tam utile tam necessarium michi et omnibus successoribus meis, et toti Regno Portugalie et ibidem commorantibus, in presenti et etiam in futurum, facto consilio vel occasione aliqua venire attemptaverit, non sit ei licitum nec valeat, sed pro sola temptatione incurrat excommunicationem et perjurium ipso facto et maledictionem dei patris omnipotentis et meam habeat in eternum, ordinatione, declaratione et statuto predictis, nichilominus in suo robore in perpetuum valituris, et ut omnia ista maioris roboris obtineat firmitatem et non possint in posterum in dubium devenire. Feci inde instrument[um] meo communit in testimonium rei geste. Actum fuit apud Colimbriam, XI die Aprilis, Rege mandante. Era M.^a CC.^a LX^o.^a VIII.^a.

¹⁵⁰ No texto *presumpseruit*.

Donnus Gonsalvus Garsie alferaz curie confirmat, donnus Egidius Martini maiordomus curie confirmat, donnus Martinus Alfonsi tenens Braganciam confirmat, donnus Andreas Fernandi tenens Ripam Minii confirmat, donnus Didacus Lupi tenens Lamecum confirmat, Martinus Egidii tenens Beriam confirmat, Gonsalvus Menendi tenens Elboram confirmat.

Donnus Johannes de Avoyno testis, Menendus Suerii de Merloo testis, Johannes Petri Corrigia testis.

Stephanus Johannis cancellarius curie confirmat, Donnus Martinus archiepiscopus Bracharensis confirmat, donnus Egeas episcopus Colimbriensis confirmat, donnus Rodericus episcopus Egitaniensis confirmat, donnus Matheus episcopus Visensis confirmat, donnus Petrus episcopus Lamecensis confirmat, donnus Martinus episcopus Elborensis confirmat, donnus Vincentius electus Portugalensis confirmat, Stephanus abbas Alcobacie vicarius Ulixbonensis confirmat.

Erveus notarius curie fecit.

[261]

1261 Maio 7, Coimbra — Aforamento do reguengo de Vila Chã (C. Barcelos) a Martim Peres e sua mulher Marinha Martins.

Forum de uno regalengo de Villa Plana

In dei nomine. Notum sit omnibus presentibus et futuris, quod ego Alfonsus tercius Dei gratia Rex Portugalie, una cum uxore mea Regina donna Beatrice Illustris Regis Castelle et Legionis filia et filia nostra Infantissa donna Blanca, facio cartam de foro vobis Martino Petri et uxori vestre Marine Martini de uno meo regalengo quod habeo in iudicatu de Faria in collatione sancti Pelagii, in loco qui dicitur Villa Plana, tali videlicet pacto quod vos moretis et laboretis et fructificetis illud et detis inde michi et omnibus successoribus meis annuatim de illis hereditatibus que sunt modo rupte, terciam partem de pane, et de lino et de leguminibus, et de illis hereditatibus quas de novo ruperitis detis similiter quartam partem de pane et de lino et de leguminibus. Et si forte ibi feceritis vineam detis quartam partem de vino et detis pro eyradiga unam teeygam de pane per mensuram de Barcellis, de inter me et vos, et detis pro directura in quolibet anno pro festo sancti Michaelis Septembris unum medium marabatinum et unum caponem cum decem ovis, et non levetis *porffl. 54*tionem meam foras de hereditate. Et vocetis meum maiordomum ad omnia jura mea et non pectetis nisi tres calumpnias. Videlicet rausum, homicidium et stercus in ore et pro unaquaque de istis calumpniis si eam feceritis debetis pectare decem marabatinos et non magis, et pro furto si illud feceritis debetis pectare novenas. Et quando aliquis vestrum

obierit debetis michi dare et omnibus successoribus meis unum marabatinum pro luctuosa, et non filient vobis conductum pro ad riquum hominem nec pro ad prestamarium de terra. Habeatis vos et omnis posterias vestra suppradictum regalengum et faciatis inde michi et omnibus successoribus meis suppradictum forum. Et non vendatis nec donetis nec testetis nec elemosinetis suppradictum regalengum ordinibus nec militibus nec ecclesiis, insi talibus hominibus qui michi et successoribus meis faciant suppradictum forum. Et non creetis ibi filium militis nec domine generose. Facta carta in Colimbria, VII.^a die Maii, Rege mandante per donnum Stephanum Johannis cancellarium.

Dominicus Petri fecit. Era M.^a CC.^a LX[~].^a VIII.^a.

[262]

Hoc est registrum de cartis concilii Ulixbone quas habuerunt a Rege donno Sancio primo, quas Dominicus Petri notarius curie transcripsit in hoc registro de mandato domini Regis et cancellarii in Ulixbona, IIII.^a die Julii de Era M.^a CC.^a LX[~].^a IX.^a.

1204 Agosto, Guimarães — D. Sancho I concede a almotaçaria ao concelho de Lisboa em recompensa pelo auxílio prestado na guerra contra o rei de Leão.

Carta concilii Ulixbone super almotaçaria¹⁵¹

Sancius dei gratia Portugalensis Rex, Suerio eidem Ulixbonensi episcopo et pretori Ulixbonensi et alvazilibus et concilio, salutem et amorem. Sciatis quia non est Rex neque princeps in mundo qui magis possit amare aliquod concilium quam ego vos amo neque quorum servicium magis possit gratisci quam ego vestrum graciscor quia bene scio quod in omnibus locis ubi ego volui, servistis michi et licet modo ubi ego vos misi cum Rege Legionis, servistis michi bene sicut michi placuit. Et vicini vestri qui de Rege Legionis reversi sunt per me ostenderunt michi quasdam rancuras quas habebatis et quod in quibusdam eiciebant vos de vestra carta. Super quo ego mando et vobis concedo ut vestram almozariam habeatis et eam pro voluntate vestra disponatis. Mando etiam ut nec meus pretor ville neque pretor navigiorum nec alvaziles nec aliquis alius audeat afforciare aliquem hominem de concilio de suo vino nec de suo pane nec de suo piscato neque de suis carnibus neque de aliis rebus suis. Ad huc mando ut mei maiordomi non vadant extra villam apprehendere homines neque roubare neque afforciare, sed si fecerint calumpnias, faciant eos vocari per portarium pretoris coram pretore et alvazilibus et sanent eis quod fecerint sicut mandaverint pretor et alvaziles, et concilium cambiet suos alvaziles annuatim. Mando preterea ut pater non pectet calumpniam pro filio suo, sed filius pectet eam si illam fecerit, et si non habuerit per quod sanet illam, per corpus suum sanet eam. Mando etiam de mauris

¹⁵¹ Esta epígrafe foi erroneamente colocada antes da notícia da inscrição do conjunto de cartas do concelho de Lisboa que se seguem.

et de judeis percussis ut veniant se conqueri pretori et alvazilibus sicut fuit consuetudo tempore patris mei. Ad huc mando ut maiordomi non pignorent aliquem hominem donec vocent eum ad concilium coram pretore et alvazilibus. Facta fuit hec carta apud Vimarane[m], mense Augusto, Era M.^a CC.^a X^o.^a II.^a.

[263]

[1211-1223]¹⁵² Novembro 14, Alcobaça — D. Afonso II concede as suas avenças ao concelho de Lisboa, a fim de que rezem por ele, por se encontrar gravemente doente.

Karta ejusdem concilii super quitatione de ovenciis domini Regis

Alfonsus dei gratia Portugalensis Rex, fideli vasallo suo donno Gonsalvo Menendiz et Menendo Gonsalvi pretori Ulixbonensi et Johanni Johannis et alvazilis et concilio salutem. Sciatis quia ego sum multum infirmus, unde rogo vos sicut amicos et vasallos naturales ut oretis pro me ad deum et ad beatam virginem Mariam et beatum Vincentium martirem quod dent michi salutem corporis et anime. Et sciatis quia pro amore dei et beate virginis Marie concedo omnibus obediencialibus meis de Ulixbona ut nunquam teneant meam terram neque meum relegum neque meum portagium neque aliquod hujusmodi serviciis meis contra suam voluntatem. Et concedo eis ut semper inde sint liberi ipsi et filii et nepotes eorum in perpetuum. Et super hoc mito eis istam meam cartam apertam ut per eam inde semper sint liberi et absoluti et ut nullus audeat illos ibi mittere. Facta fuit hec carta in Alcupacia XIII.^a die Novembris, Era M.^a CC.^a X^o.^a VIII.^a.

[264]

[1211-1223] Dezembro 7, Santarém — D. Afonso II cede do concelho de Lisboa o direito de relego e outros tributos.

Carta concilii Ulixbone super relego

Alfonsus dei gratia Portugalensis Rex, vobis Menendo Gonsalvi pretori Ulixbonensi et Johanni Johannis et alvazilis et concilio salutem. Sciatis quia ego mando ut mei relegarii qui tenuerint meum relegum accipiant illud semper prima die Januarii et teneant illud usque ad primam diem Aprilis. Et de hominibus ville vestre qui voluerint vendere vinum extra villam vestram, vendant illud sicut prior sancti Vincentii et alii boni homines cum illo invenerint per esquisam sicut faciebant in diebus patris mei. Concedo eciam vobis firmiter quod nunquam accipiant vinum de vestris cupis contra vestram voluntatem. Et concedo ut habeatis vestras herbas et vestras paleas cautatas ita quod neque mei homines neque mei vassali accipiant illas vobis contra vestram voluntatem. Et mando ut mei maiordomi non faciant pedidas in vestra villa neque extra illam. De jugadis mando ut illi qui non collegerint panem non dent

¹⁵² Este documento e o seguinte estão datados de 1210, ano em que D. Afonso II ainda não tinha assumido o poder.

jugadam. Et rogo priorem sancti Vincentii ut quando homines debuerint dare jugadas in meo cellario, faciat ibi stare unum de fratribus suis cum uno bono homine de villa vestra per quos panis semper sit metitus. De almozaria mando ut sit semper de concilio. Alvaziles vestros mitatis quolibet anno. Hereditatem de Valada dividatis per collationes sicut jam fuit divisa. Seyras ficuum faciatis dari in meis tendis sicut ibi fuerunt date in diebus patris mei. Mando de hominibus mei regni qui per mare voluerint ducere panem vel vinum aut acetum vel qualibet alia vidualia extra villam vestram sit ei licitum ita tamen quod extra regnum meum non ducantur. Preterea mando firmiter ut nullus sit in villa vestra ita cautatus quod possit tenere tortum [fl.54v] vicino suo, et qui non faciat directum suis vicinis per pretorem et per alvaziles. Et ut furta non possint fieri in villa vestra mando ut mauri aut judei mei non recipiant pignora nisi testimonio bonorum hominum et postea exierint de furto. Mando quod perdant illa et illud quod dederint super illis. Mando ad huc de Cidy meo judeo ut si comodaverit suos marabitanos aut suos denarios alicui vel aliquibus christianis, nunquam propter debitum illud mittat manum in sua corpora taliter e[st]im acomodet pecuniam suam quod sine captione hominum possit illa habere. Facta fuit hec carta apud Sanctarenam, VII.^a die Decembris, Era M.^a CC.^a X.^a VIII.^a. Et fuit facta per Regem donnum Alfonsum et per donnum Petrum Bracarensis electum et per abbatem Alcobacie et per donnum Gunsalvum Menendiz et per donnum Martinum Fernandiz et per donnum Gomecium magistrum Templi et per donnum Gomecium Suarii et per Valascum Martini et donnum Julianum.

[265]

1217 Junbo 24, Coimbra — D. Afonso II ordena que os pretores ou outros maiorais não impeçam os alvazis de Lisboa de exercer a justiça.

Carta de rancurosis de Ulixbona

Alfonsus dei gratia Portugalie Rex, pretoribus de terra et de mari et alvazilis et concilio Ulixbonensi salutem. Sciatis quod non est concilium in meo Regno quod ego magis amem quam vos nec cujus servicium magis gratescam. Et modo vicini vestri dixerunt michi quod propter maiores civitatis alvaziles vestri non ausi sunt facere justiciam nec emendare rancuras pauperum, unde mando firmiter quod nec pretores nec aliqui maiores embargaverint eos facere justiciam. Et qui eos embargaverint habeantur pro meis inimicis et expellatis eos de tota civitate et accipiatis eis quantum habuerint et teneatis pro ad meum mandatum. Et mando quod alvaziles judicent secundum forum suum et cartam suam et dent michi meum directum, et faciant rancurosis justiciam suam. Et mando quod pretor non audeat prendere aliquem de concilio qui habuerit fideiussorem vel tantum de suo habere quod possit sanare malefactoriam quam fecerit secundum quod alvaziles judicaverint per directum. Et mando quod marinarii et piscatores et mauri et judei respondeant coram alvazilis de demandis quas eis fecerint, et ipsi qui tenuerint eos in comenda dent illos ad directum, et si noluerint tunc alvaziles constringat illos per quantum habuerint pro ad directum faciendum. Et mando quod habeatis vestros terminos et vestros rissios ultra Tagum et citra. Et mando quod alvaziles teneant istam meam cartam apertam, que fuit facta apud Colimbriam in die sancti Johannis Bapstiste, Era M.^a CC.^a LX.^a V.^a, per meum mandatum.

[266]

[1211-1223] Outubro 1, Coimbra — *D. Afonso II ordena que o concelho de Lisboa mantenha aos besteiros o foro que tinham ao tempo de D. Sancho I e de D. Afonso Henriques.*

289

Carta de balistariis

Alfonsus dei gratia Portugalie Rex, pretori Ulixbonensi et alvazilis salutem. Sciatis quia venit ad me Petrus Petri anadal de meis balistariis et dixit michi quod accipiunt jugadam ad balistarios velios et ad mulieres que fuerunt uxores balistariorum et accipiunt eis jugadam panis et vini. Unde mando vobis firmiter ut teneatis eos inde per illud melius forum quod umquam habuerint in diebus avi mei et patris mei et non permittatis jam inde ad me venire alia rancura. Data apud Colimbriam prima die Octobris, Rege mandante per Valasum Martini.

[267]

[1211-1223] Maio 26, Loures — *D. Afonso II manda que o concelho de Lisboa divida a herdade de Valada como era costume ao tempo de D. Afonso I e de D. Sancho I.*

Carta de hereditibus de Valada

Alfonsus dei gratia Portugalie Rex, pretori Ulixbonensi et alvazilis et concilio salutem. Sciatis quod ego mando vobis de illa hereditate de Valada quod dividatis illam inter vos per freguesias sicut jacet in vestra carta et sicut illam dividere solebatis in diebus bisavi mei et avi mei. Data apud Lourias, VII.º Kalendas Junii. Rege mandante.

[268]

1210 Julbo 5, Lisboa — *Inquirição acerca do relego de Lisboa feita pelo prior de S. Vicente e pelos magistrados do concelho, por mandado de D. Sancho I e de D. Gonçalo Mendes de Sousa, mordomo da cúria e tenente de Lisboa.*

Inquisitio de relego Ulixbone

Nos prior sancti Vincentii et alcaide Menendus Gunsalvi et alvaziles Petrus Pelagii et Petrus Egee, Fernandus Martini pretor navigii, Suerius Suerii, Petrus Suarii, Menendus Petri, Petrus Mouraniz, Menendus Gomez per litteras domini Regis Sancii et donni Gonsalvi Menendi maiorisdomus curie domini Regis Sancii, quando ipse tenebat Ulixbonam, interrogavimus super consuetudine relegii vini domini Regis. In primis Suerius Petri juratus et interrogatus dixit quod in tempore Regis domini Alfonsi et domini Regis Sancii quod ille qui extraebat vinum de civitate per terram in relego dabat relegariis I almude de carrega

cavalar et qui extrahebat vinum in barca dabat de modio I almude relegariis et aliud almude portariis, et dominus vini nichil eis dabat sive traheret per terram sive per mare. Petrus Pelagii filius Pelagii magistri adjuratus et interrogatus dixit quod in tempore Regis domini Sancii quando Suerius Menendi erat alcayde Ulixbone tenuit relegum unum annum et ille qui extrahebat vinum de civitate in relego dedit sibi I almude de carrega cavalar, et dominus vini ni[*chil*] sibi dedit. Michael Petri infante adjuratus et interrogatus dixit quod quando tenebat relegum ille qui extrahebat vinum de civitate in relego dabat sibi I almude de carrega cavalar. Et qui extrahebat in barca dabat II almudes de modo et hoc in tempore domini Regis Sancii et dominus vini nichil sibi dabat. Et Johannes Mangiom juratus et interrogatus dixit quod tenuit relegum in tempore domini Regis Alfonsi et domini Regis Sancii et quod ille qui extrahebat vinum de civitate per terram dabat unum almude de carrega cavalar, et qui per barcam II almudes de modio I almude relegariis et I almude portariis et dominus vini nichil dabat. Suerius zapatarius adjuratus et interrogatus dixit quod in tempore domini Regis Alfonsi et domini Regis Sancii tenuit relegum, et qui extrahebat vinum per terram dabat de carrega cavalar I almude et qui per mare de modio II almudes, unum relegariis, aliud portariis, et dominus vini ni[*chil*] dabat. Alfonsus Gunsalvi juratus et interrogatus dixit sicut donnus Suerius <Petri> per totum. Petrus Martini adjuratus et interrogatus dixit sicut [fl. 55] Suerius Petri per totum. Menendus Pelatiolus juratus et interrogatus dixit quod tenuit relegum in tempore Regis Sancii et qui extrahebat vinum de civitate dabat de carrega cavalar I almude et de modio II almudes et dominus vini nichil dabat. Menendus Fernandi juratus et interrogatus dixit quod tenuit relegum in tempore Regis Alfonsi et Regis Sancii et qui extrahebat vinum de civitate dabat de carrega cavalar I almude de modio II almudes et dominus vini nichil dabat. Gonsalvus Mangiom juratus et interrogatus dixit quod tenuit relegum in tempore domini Regis Sancii et qui extrahebat vinum de civitate dabat de carrega cavalar I almude et de modio II almudes et dominus vini nichil dabat. Donnus Thomas juratus et interrogatus dixit quod tenuit relegum in diebus Regis Sancii, et qui extrahebat vinum dabat sibi unum almude de carrega cavalar et de barca quando I marabatinum quando medium vel quantum minus poterat et dominus vini nichil dabat. Johannes Litardus juratus et interrogatus dixit quod tenuit relegum in tempore Regis Sancii et qui extrahebat vinum dabat de carrega cavalar I almude et de barcadiga I marabatinum vel medium sive II marabitanos et ni[*chil*] amplius, et dominus vini nichil dabat eis. Petrus Gunsalvi juratus et interrogatus dixit quod tenuit relegum in tempore Regis donni Alfonsi et domini Regis Sancii, et qui extrahebat vinum dabat de carrega cavalar I almude et de modio II almudes, et dominus vini nichil dabat. Petrus Johannis juratus et interrogatus dixit quod tenuit relegum in tempore domini Regis Sancii et qui extrahebat vinum dabat de carrega cavalar I almude et de modio II almudes, et dominus vini nichil eis dabat. Donnus Alvarus mercator juratus et interrogatus dixit quod qui extrahebat vinum dabat de carrega cavalar I almude, de modio II almudes, et dominus vini nichil eis dabat. Hoc fuit in tempore Regis Sancii, et omnes isti dixerunt quod dominus vini qui illud incubabat quando extrahebat vinum suum per se vel per homines suos per terram vel per mare nichil inde dabat relegariis. Ista interrogatio fuit facta transactis quinque diebus Julii, Era M.^a CC.^a XL.^a VIII.^a

1254 Março 7, Leiria — *Ordem ao concelho de Lisboa para que se mantenham as adegas que estão fora do couto do relego e vendam o vinbo dos seus donos quando quiserem.*

Hec sunt carte de tempore Regis donni Alfonsi tercii quas dedit concilio Ulixbone

Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Comes Bolonie, vobis pretori et alvazilibus Ulixbone salutem. Vos misistis michi dicere quod ego agravabam vos eo quod mandabam defendere quod non venderent in relego vinum in apotecis que sunt extra cautum de relego Ulixbone prout consueverunt vendere. Unde ego mando quod ipse appotece que sunt extra cautum de relego stent in pace et non derribent eas et vendant ibi vinum domini earum quancumque voluerint. In cujus rei testimonium mitto vobis istam meam cartam meo sigillo sigillatam. Data in Leyrena, Rege mandante per donnum Egidium Martini maiordomum curie et per cancellarium, VII die Marcii.

Johannes Suerii fecit. Era M.^a CC.^a LX.^a II.^a.

1254 Março 7, Leiria — *Ordem ao concelho de Lisboa sobre lutosas.*

Carta concilii Ulixbone super luytosis

Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Comes Bolonie, vobis pretori et alvazilibus et concilio Ulixbone salutem. Vos misistis michi dicere quod ego agravabam vos eo quod levabam lutosam de militibus Ulixbone cum contineatur in vestra carta de foro quod vicinus Ulixbone non det luytosam. Unde ego mando quod vos teneamini in hoc ad vestram cartam de foro, et nullus agravet vos super hoc. In cujus rei testimonium do vobis istam meam cartam apertam. Data in Leyrena, Rege mandante per donnum Egidium Martini maiordomum curie et per cancellarium, VII.^a die Marcii.

Johannes Suerii fecit. Era M.^a CC.^a [LX.^a] II.^a.

Data Colimbria, XII die Februarii. Rege mandante per donnum Johannem de Avoyno suum maiordomum et per cancellarium et per Rodericum Garsie de Pavya et per Fernandum Fernandi Cogomino et per Alfonsum Suerii superjudicem.

462

Jacobus Johannis notavit. Era M.^a CCC.^a VII.^a.

[403]

1269 Fevereiro 20, Coimbra — Aforamento de um casal na paróquia de Cernadelo (c. Lousada) a Pedro Moniz e sua mulher Maria Dona.

Carta de foro de uno casali de Lousada in parrochia sancti Jacobi de Cernadelo

Noverint universi presentem cartam inspecturi, quod ego Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Algarbii una cum uxore mea Regina donna Beatrice Illustris Regis Castelle et Legionis filia, et filiis et filiabus nostris Infantibus donno Dyonisio et donno Alfonso, et donna Blanca et donna Sancia, do et concedo vobis Petro Moniz et uxori vestre Marie Donne et omnibus successoribus vestris ad forum unum meum casale de illis duobus meis casalibus que habeo in iudicatu de Lausada in parrochia sancti Jacobi de Cernadelo, quia alium casale dedi ad consimile forum Martino Martini et uxori sue Dominice Johannis et omnibus successoribus suis prout in una mea carta continetur quam inde sibi dedi. Do inquam et concedo vobis Petro Moniz et predictae uxori vestre Marie Donne et successoribus vestris predictum casale ad forum, tali pacto quod faciatis ibi casas et moretis in eis et plantetis et laboretis ipsum casale et quod detis inde michi et omnibus meis successoribus annuatim terciam partem panis et vini et lini et leguminum et modius debet esse de decem et sex teeygas et similiter vos et omnes successores vestri debetis michi dare et successoribus meis annuatim pro festo sancti Johannis Babbiste unam teeygam de centeno et tres gallinas et duas patas et una escaa de manteyga, si habueritis vacam tenrariam, et similiter debetis dare annuatim pro festo sancti Michaelis de Septembrio duo bragalia et duos capones et decem ova et pro festo sancti Stephani unam spatulam de duodecim costis et unam teeygam de centeno et pro dominica die de ante Introdydum unum cordarium si oves habueritis, et si eas non habueritis detis unum cabritum, et prestamarius de ipsa terra non debet vobiscum pausare, nec debet nobis filiare condoytum et prestamarius debet vobiscum panem mensurare, sicut consuevistis illum mensurare. Et maiordomus debet venire ad vestras casas pro pane et vino et lino et similiter pro directuris supradictis. Et vos non debetis ipsum casale nec partem illius vendere nec donare nec apignorare nec atestare nec implazare nec helemosinare nec alio modo alienare ordini nec *[fl.93]* militi nec domine genere nec alicui alii persone religiose nec riquohomini, nec debetis ibi creare filium nec

filiam militis nec riquihominis vel potentis nec domine generose, sed si ipsum casale vel partem illius vendere vel donare volueritis, vendatis vel donetis illud tali homini laboratori qui faciat inde michi et successoribus meis annuatim supradictos foros. In cujus rei testimonium dedi inde vobis istam meam cartam apertam meo sigillo sigillatam. Data Colimbria, XX.^a die Februarii, Rege mandante per donnum Johannem de Avoyno maiordomum suum et per donnum Stephanum Johannis cancellarium.

Durandus Petri notuit. Era M.^a CCC.^a VII.^a.

[404]

1269 Fevereiro 20, Coimbra — Aforamento de um casal na paróquia de Cernadelo (c. Lousada) a Martim Martins e sua mulher Domingas Anes.

Karta de foro de alio casali de Lousada

Noverint universi presentem cartam inspecturi, quod ego Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Algarbii una cum uxore mea Regina donna Beatrice Illustris Regis Castelle et Legionis filia et filiis et filiabus nostris Infantibus donno Dionisio et donno Alfonso et donna Blanca et donna Sancia do et concedo vobis Martino Martini et uxori vestre Dominice Johannis et omnibus successoribus vestris ad forum, unum meum casale, de illis duobus meis casalibus que habeo in judicatu de Lausada in parrochia sancti Jacobi de Cernadelo, quia aliud casale dedi ad consimile forum Petro Muniz et uxori sue Marie Donne et successoribus suis pro ut in una mea carta continetur quam inde sibi dedi. Do inquam et concedo vobis Martino Martinis et predicte uxori vestre Dominice Johannis et successoribus vestris predictum casale ad forum, tali pacto quod faciatis ibi casas et moretis in eis, et plantetis et laboretis ipsum casale, et quod detis inde michi et omnibus successoribus meis annuatim terciam partem panis et vini et lini et leguminum et modius debet esse de decem et sex teeygas, et similiter vos et omnes successores vestri debetis michi dare et successoribus meis annuatim pro festo sancti Johannis Babtiste unam teeygam de centeno et tres gallinas et duas patas et una escaa de manteyga si habueritis vacam tenrriariam, et similiter debetis dare annuatim pro festo sancti Michaelis de Septembrio duo bragalia et duos capones et decem ova, et pro festo sancti Stephani unam spatulam de duodecim costis et unam teeygam de centeno, et pro dominica die de ante Introydum unum cordarium si oves habueritis, et si eas non habueritis detis unum cabritum, et prestamarius de ipsa terra non debet vobiscum pausare, nec debet vobis filiare condoytum, et prestamarius debet vobiscum panem mensurare, sicut consuevistis illum mensurare. Et maiordomus debet venire ad vestras casas [*pro*] pane et vino et lino,

et similiter pro directuris supradictis. Et vos non debetis ipsum casale nec partem illius vendere nec donare nec apignorare nec atestare nec implazare nec helemosinare nec alio modo alienare ordini nec militi nec domine generose nec alicui alii persone religiose nec riquohomini, nec debetis ibi creare filium nec filiam militis nec riquihominis nec domine generose, sed si ipsum casale vel partem illius vendere vel donare volueritis, vendatis vel donetis illud tali homini laboratori qui faciat inde michi et successoribus meis annuatim supradictos foros. In cujus rei testimonium dedi inde vobis istam meam cartam apertam meo sigillo sigillatam. Data Colimbria, XX.^a die Februarii, Rege mandante per donnum Johannem de Avoyno maiordomum suum et per donnum Stephanum Johannis cancellarium.

Durandus Petri notuit. Era M.^a CCC.^a VII.^a.

[405]

1269 Fevereiro 10, Coimbra — Isenção de hoste e de anúduva (a não ser com o Rei) aos que quiserem morar em Coimbra, dentro da almedina.

Karta de illis qui morantur in Colimbria de porta de Almedina sursum

In dei nomine et ejus gratia. Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris, quod nos, Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Algarbii una cum uxore mea Regina donna Beatrice Illustris Regis Castelle et Legionis filia et filiis et filiabus nostris Infantibus donno Dionisio, donno Alfonso, et donna Blanca et donna Sancia, damus et concedimus omnibus illis qui morantur et morati fuerint de cetero in Colimbria de porta de Almedina sursum infra murum pro foro quod non vadant in hoste nec in anuduva, nisi cum corpore nostro videlicet illis qui ibi morati fuerint continue, ita quod si habuerint casas in arravaldi quod non morentur in eis, sed in Almedyna. Et si forte acciderit quod aliquis de istis vierit ad suum panem colligendum vel in suam merchandiam leyxet suam casam populatam de sua uxore et de suis filiis, si eos habuerit, et si uxorem non habuerit, vel filios, leyxet eam populatam de suis mancipiis vel de suis hominibus aut de alio vel de alia qui vel que populent sibi ipsam casam. Et mandamus quod omnes illi qui pausaverint in Almedina de Colimbria non teneantur filiare eis suam palam nec suam lignam, nec sua litariam nec suos porcos nec suas gallinas nec aliquam rem de suo, ergo si comparaverint ea, ad suam voluntatem. Et mandamus quod si aliquis voluerit litariam, quod det sibi cotidie pro stalaria uniuscujusque litarie suum forum, scilicet de culcitra unum denarium et de chumacio unam medaculam, et de almoçela unam medaculam, et de manta unum denarium, et de alfanbar unum denarium, et de culcha unum denarium, et de duobus lençoes unum denarium, et de alia liteyra secundum valorem istius. Et mandamus quod nullus sit ausus qui eis filiet

litarium per forciam nec aliqua rem de suo, nec pauset in suis casis per forciam nec contram suam voluntatem. Et mandamus quod de quantis bestiis cavalariis pausaverint in casis eorum quod dent sibi pro die vel pro nocte singulos denarios de qualibet bestia, et si fuerint asinales singulas medaculas, et si ibi steterint per diem tantum dent de qualibet bestia singulas medaculas. Et si ibi steterint per noctem similiter. Et mandamus et defendimus quod nullus sit ausus qui eis contra omnes res supradictas vel quamlibet earum passet. Quia quicumque eis contra illas vel qualibet earum passaverit pectabit michi sex mille solidos et componebit eis in duplo dampnum aut perdam quam sibi fecerit et remanebit pro nostro inimico et calumpniabimur sibi in corpore et in habere. In cujus rei testimonium damus inde mora^{ffl.} 93v)toribus de Almedina Colimbrie et omnibus successoribus vestris istam meam cartam apertam nostro sigillo plumbeo sigillatam. Data Colimbria, X.^a die Februarii, Rege mandante.

Dominicus Martini scripsit. Era M.^a CCC.^a VII.^a.

Qui presentes fuerunt: donnus Johannes de Avoyno maiordomus, donnus Stephanus Johannis cancellarius, Rodericus Garsie de Pavya, Johannes Suerii Conelius, Fernandus Fernandi Cogominus, Martinus Johannis de Vinal, Alfonsus Petri Farina frater ordinis Hospitalis, Magister Thomas thesaurarius Bracarensis, Alfonsus Suerii superjudex, Petrus Johannis repositarius.

[406]

[1269] Março 19, Santarém — *Aforamento de metade de um casal na Portela (c. Vila Nova de Famalicão) a Domingos Martins e sua mulher Domingas Peres.*

Karta de foro de medietate unius casalis de Vermuy

Noverint universi presentem cartam inspecturi, quod ego Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Algarbii una cum uxore mea Regina donna Beatrice Illustris Regis Castelle et Legionis filia et filii et filiabus nostris Infantibus donno Dionisio, donno Alfonso, donna Blanca, donna Sancia, do et concedo vobis Dominico Martini et uxori vestre Dominice Petri et omnibus successoribus vestris ad forum medietatem unius casalis mei que jacet in iudicatu de Vermuy in parrochia sancti Vincentii in loco qui dicitur Portela de Leytoes, quod faciatis ibi casas et moretis in eis et plantetis et laboretis ipsam medietatem casalis, videlicet tali pacto quod detis inde michi et successoribus meis annuatim terciam partem panis et vini et lini, et de quanto ibi laboraveritis, et detis eyradigam et vocetis meum maiordomum, et detis pro directura annuatim unum medium marabitinum²²⁹ pro festo sancti Martini, et

²²⁹ No texto: *marabitini*.

similiter vos et omnes successores vestri debetis michi dare et omnibus successoribus meis pro loytosa medium morabitinum²³⁰. Et vos non debetis medietatem ipsius casalis nec partem illius vendere nec donare nec apignorare nec emplazare nec atestare nec helemosinare nec aliquo modo alienare ordini nec militi nec domine generose nec alicui alii persone religiose nec riqou homini, nec debetis ibi creare filium nec filiam militis nec riquihominis vel potentis nec domine generose. Sed si medietatem ipsius casalis vel partem ejus vendere vel donare volueritis vendatis vel donetis eam tali homini laboratori qui faciat inde michi et successoribus meis supradictos foros annuatim. In cujus rei testimonium dedi inde vobis istam meam cartam apertam meo sigillo sigillatam. Data Sanctarene, XIX die Marcii, Rege mandante per donnum Stephanum Johannis cancellarium et per Alfonsum Suerii superjudicem et per Valascum Menendi vice maiordomum et per Dominicum Vincencii clericum.

Durandus Petri notuit.

[407]

1269 Julho 7, Lisboa — Doação que fez Rodrigo Afonso ao Rei seu pai de herdades em Santarém e em Guimarães, com todos os seus direitos e pertenças.

Karta de donatione quam fecit Rodericus Alfonsi domino Regi

In dei nomine amen. Noverint universi quod ego Rodericus Alfonsi, donni Alfonsi Illustris Regis Portugalie et Algarbii filius, non vi non metu non dolo nec fraude alicujus inductus sed mea libera propria et spontanea voluntate, do, dono et concedo vobis donno Alfonso Illustri Regi Portugalie et Algarbii patri meo jure hereditario in perpetuum possidendas hereditates et possessiones quas habeo in Sanctarena et in terminis suis et in Vimarani et in terminis suis et in omnibus aliis partibus Regni Portugalie cum omnibus juribus et pertinenciis suis ad me pertinentes tam ex successione quam ex emptione ac donatione seu etiam quocumque alio titulo. Et hoc facio propter multa bona et mercedem et gratiam que a vobis me profiteor recepisse. Et si forte aliqua instrumenta vel munimenta a me confecta seu a quocumque alio huic facto contraria apparuerint revoco et eisdem renuncio et decerno irrita atque nulla et promitto me bona fide nunquam in contrarium per me nec per alium venire nec etiam super hoc litteras apostolicas inpetrare. Et ut hujusmodi donatio datio seu concessio majus robur obtineat firmitatis, rogo vos Petre Martini vice pretor et Fernande Gunsalvi alvazilis Ulixbone quod huic littere in testimonium hujus rei sigillum concilii Ulixbone

²³⁰ Cfr. nota anterior.

apponi faciatis. Et nos predicti vicepretor et alvazilis ad ejus instanciam hanc patentem litteram sigillo Ulixbone concilii fecimus sigillari. Ego vero Vincentius Martini publicus tabellio civitatis Ulixbone, adhibitus et rogatus a supradictis domino Rege et Roderico Alfonsi hiis omnibus et singulis interfui et hoc instrumentum propria manu confeci et in testimonium rei geste hoc meum signum apposui in eodem. Actum apud Ulixbonam, VII.^a die Julii, Era M.^a CCC.^a VII.^a.

Presentibus Martino Petri de Barvosa, Fernando Fernandi Cogomino, Petro Martini Caseval, militibus, Alfonso Suerii superjudice, Stephano Petri de Ratis, Petro Johannis magistrorum Silvense, Vincencio Johannis canonico de Portu, Magistro Petro, Magistro Durando, Johanne Petri canonico Colimbriense, Nuno Suerii rectore sancti Bartholamei Sanctarene, Martino Martini Hammo, Martino Petri de Bracara, Laurencio Petri²³¹ Cerario et aliis quam pluribus ad hoc testibus adhibitis et rogatis.

[408]

1269 Agosto 31, Lisboa — Escambo com a ordem do Hospital, que recebe herdades no reguengo de Távora (c. Arcos de Valdevez) em troca da herdade que cedeu para a póvoa de Viana.

Karta de cambio quod fecit dominus Rex cum ordine Hospitalis

Noverint universi presentem cartam inspecturi, quod ego Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Algarbii mandavi per meam cartam abbati sancti Salvatoris de Turre et Martino Riali quondam judici Vimarani et judici et tabellioni de Ponte Limie quod irent ad meam populam de Viana, et scirent bene et fideliter quantum valebat in renda in pane et in directuris, et in aliis rebus, hereditas quam ego mandaveram filiare Ordini Hospitalis pro ad meam populam de Viana et quod irent ad meum regalengum de Tavara et darent inde Ordini Hospitalis aliam hereditatem que valeret in renda tantum quantum valebat hereditas supradicta [fl. 94] Hospitalis, et predicti abbas et judices et tabellio miserunt michi suam cartam clausam et suis sigillis sigillatam, et ego cum consilio illorum qui sunt de meo consilio, feci eam aperire et legere, et inveni quod ipsi iverunt ad meam populam de Viana et sciverunt veritatem bene et fideliter de quanto valebat predicta hereditas Hospitalis quam sibi mandaveram filiare pro ad meam populam de Viana, et invenerunt quod ipsa hereditas Ordinis Hospitalis erat unum casale in Figueyredo, quod reddebat annuatim in capitalis sex quartarios de tritico per mensuram de Ponte et novem soldos portugalenses et unam fogaciam de uno alquerio de tritico, et quod erat alia hereditas in Crasto et in Foce, que reddebat

²³¹ Segue-se *de sopontado*.

annuatim in capitali viginti seldos legionenses. Et similiter inveni quod iverunt ad supradictum meum regalengum de Tavara et quod miserunt pro iudice et de Valdevez et pro maiordomibus de ipsa terra et sciverunt veritatem et invenerunt quod erat in ipso meo regalengo de Tavara hereditas mea que vocatur Ajuyal, sicut est divisa per marcos et per carreyros, et quomodo dividit per hereditatem sancte Marie de Tavara et quod erat²³² ibi senara de fratribus sicut dividit per rivulum de casali de Didaco et de alia parte per hereditatem Hospitalis, et quod erat ibi talium de Parada quod jacet marcatum super carraria, et quod erat ibi Leyra de Porta que jacet circa viam in testa hereditatis Hospitalis, sicut est marcata. Et invenerunt quod iste mee hereditates supradicte de meo regalengo de Tavara reddebant annuatim in capitali tres modios de secunda, per mensuram de Ponte, et quod si voluissent eas populare, darent inde directuras. Et ego inveni in supradicta carta predictorum abbatis et iudicum et tabellionis quod ipsi per meum mandatum dederunt Ordini Hospitalis in comcambio predictas meas hereditates de predicto meo regalengo de Tavara pro supradicta hereditate quam eidem Ordini mandaveram filiare, pro ad meam populam de Viana. Et habito consilio cum illis qui sunt de meo consilio super istis, inveni quod predicti abbas et iudices et tabellio fecerunt convenienter predictum comcambium de hereditatibus supradictis et apropro et concedo concanbium supradictum et quod sit in perpetuum firmum et duraturum. Et ut non possit postea in dubium devenire, dedi inde Ordini Hospitalis istam meam cartam apertam meo sigillo sigillatam. Data Ulixbona, pridie Kalendas Septembris, Rege mandante per donnum Johannem de Avoyno maiordomum suum et per Stephanum Johannis cancellarium et per Rodericum Garsie de Pavya et per Johanem Suerii Conelium et per fratrem Alfonsum Fari[*n*]am et per fratrem Geraldum Dominici de ordine predicatorum et per Martinum Johannis de Vinali et per Petrum Martini Caseval et per Alfonsum Suerii superiudicem.

Jacobus Johannes notuit. Era M.^a CCC.^a VII.^a.

[409]

1269 Agosto 27, Lisboa —Concessão a Martim Peres e sua mulber Constança Afonso, criada do Rei, para fazerem casas entre os muros da Porta da Cruz.

Cartam per quam concessit dominus Rex Martino Petri quod faceret casam inter muros

Noverint universi presentem cartam inspecturi, quod ego Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Algarbii mando et concedo Martino Petri et uxori sue Constancie

²³² Segue-se uma abreviatura de *ibi*, riscada e sopontada, tendo-se, a seguir, voltado a escrever *ibi* por extenso.

Alfonsi mee criate quod ipsi faciant casas inter muros de Porta illius loci qui vocatur Crux, scilicet super ipsis muris, et mando et concedo quod ipsi et omnes sui successores habeant ipsas domos et faciant de illis totam suam voluntatem. In cujus rei testimonium dedi eis istam cartam. Data Ulixbona, VI.º Kalendas Septembris, Rege mandante per Johannem Lobeyram militem.

Jacobus Johannes notuit. Era M.^a CCC.^a VII.^a.

[410]

1269 Setembro 12, Lisboa — Sentença sobre a divisão dos termos de Elvas e de Juromenba, sobre os quais havia conflito entre o concelho de Elvas e a ordem de Avis.

Karta super divisione terminorum de Elbis et de Jurumenia

Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Algarbii universis presentem cartam inspecturis notum facio quod cum contenda esset perante me inter donnum Petrum Alfonsi magistrum de Avis nomine suo et conventum de Avis per eundem magistrum procuratorem suum sufficientem ad hoc ex una parte, et iudices et concilium de Elvis per suos procuratores sufficientes ad hoc ex altera super divisione terminorum de inter Elvas et Jurumeniam, tandem post multas rationes ab utraque parte propositas, ego cum consilio illorum qui sunt de meo concilio non contradicentibus partibus mandavi per meam cartam apertam quod magister et conventus de Avis ducerentur in possessionem illorum hereditamentorum de quibus dicebant se esse spoliatos propter suam reveliam, et mandavi per eandem meam cartam alia multa que in ea continebantur, cujus carte tenor talis est:

“Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Algarbii universis presentem cartam inspecturis notum facio, quod in causa que erat inter magistrum et conventum de Avis et concilium de Elvis super terminis qui sunt inter Elvas et Jurumeniam, ego mandavi cum consilio illorum qui sunt de meo consilio non contradicentibus partibus quod magister et conventus de Avis ducantur in possessionem illorum hereditamentorum de quibus dicebant se esse spoliatos propter suam reveliam secundum quod ante stabant, qui termini sunt inter Elvas et Jurumeniam. Et si concilium de Elvis tenet aliquid modo de fructibus illorum hereditamentorum debet illud integrare magistro et conventui et de aliis fructibus qui sunt jam expensi et dampnis et perdis ego filio totum hoc ad meas manus taliter quod faciam totum vel partem integrare seu corrigere illis qui remanserint cum predicto hereditamento vel cum parte ipsius hereditamenti pro tanta parte pro quanta vicerit de hereditamento. Et magister debet venire cum suo privilegio <pro se>²³³ [et] pro suo

²³³ A expressão entre < > encontra-se na margem direita, com chamada para o texto.

conventu quod habent de Jurumenia et ad hoc ducendum peciit plazum, scilicet primam diem Septembris proximo venturum quod ducat privilegium ad ipsam diem ad me. Et ego cum illis qui sunt de meo consilio debeo videre privilegium et testes qui jam sunt recepti, et si per privilegium et per testes ipsos invenero quod termini de inter Elvas et Jurumeniam stet divisi mandabo eis quomodo faciant, et si invenero [fl. 94v] per privilegium et per testes quod non sunt divisi ego faciam eos dividere secundum quod melius videro expedire. Data Ulixbona, III.º Kalendas Augusti, Rege mandante cum illis qui sunt de suo consilio.

Jacobus Johannes notuit. Era M.^a CCC.^a VII.^a”.

Et partes venerunt perante me ad supradictam diem et supradictus Magister ostendit michi et illis qui sunt de meo consilio predictum privilegium et dixit quod ego viderem cum illis qui sunt de meo consilio privilegium et testimonium quod receperant super divisione supradictorum terminorum. Martinus Dade pretor Sanctarene et Fernandus Martini Curutelo et Johannes Roderici dictus Vango freyre de Avis, cum alio testimonio quod michi et illis qui sunt de meo consilio dabant procuratores judicum et concilii de Elvis, et quod darem illis suum directum. Et procuratores judicum et concilii de Elvis dixerunt quod viderem similiter privilegium et utrumque testimonium et darem eis suum directum. Et ego cum illis qui sunt de meo consilio de consensu partium vidi et diligenter inspexi predictum privilegium et testimonia omnium testium que michi inscriptis data fuerunt pro utaque parte, ut superius est expressum, et habito consilio super eis cum illis qui sunt de meo consilio, inveni quod termini de inter Elvas et Jurumeniam dividunt primo de Pena de Gato directe ad Peral, et de Peral directe ad caput de Cornado, et de capite de Cornado directe ad Fatalon, et de Fatalon directe ad Semedeyro de Machos, et de ipsum Semedeyro quomodo intrat in Alvicinet et judicavi et judico et mando et concedo quod de cetero villa de Elvis habeat et possideat in pace pro suis predictos terminos per supradicta loca versus Elvas. Et Jurumenia similiter per eadem loca versus Jurumenim. Et ut hoc in dubium postea non vertatur dedi inde concilio de Elvis istam meam cartam apertam meo sigillo sigillatam. Data Ulixbona, XII die Septembris, Rege mandante cum donno Johanne de Avoyno suo maiordomo et cum donno Alfonso Lupi et cum Stephano Johannis cancellario et cum Alfonso Suerii et Roderico Gomecii superjudicibus et cum Roderico Garsie de Pavya et cum Johanne Suerii Conelio et cum Fernando Cogomino et cum Martino Johannis de Vinali et cum Alfonso Petri Farina et cum fratre Geraldo Dominici et fratre Petro Johannis de ordine predicatorum et cum Petro Martini Caseval et Magistro Stephano decano Colimbriense et Magistro Petro canonico Elborensis, phisicis, et cum Petro Johannis magistriscolarum Silvense et Petro Johannis repositario.

Jacobus Johannes notuit. Era M.^a CCC.^a VII.^a.